

Artigos EJA

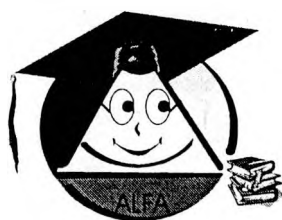
alfabetização

e

Educação

25

CURSO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM 40 HS/AULA



OBJETIVOS

A necessidade do estudo para a sobrevivência e colocação profissional, retrata a grande dificuldade de alguns membros na realização de seus projetos de vida. Dessa forma, a Coordenadoria Educacional contribui para que todos os companheiros da organização possam se munir do instrumento básico para o exercício da cidadania e realização pessoal.

A razão dessa luta se traduz na necessidade de auxiliar os membros, a resgatarem a dignidade e possibilitar a todos, a igualdade de condições no mercado de trabalho tão competitivo nos dias de hoje. É de conhecimento de todos que alguns dos alunos do curso de Alfabetização já concluíram o ensino médio e até superior.

É de vital importância o incentivo na Organização no sentido de que até 2005 todos os membros da BSGI, possam fazer uso da leitura e escrita.

METODOLOGIA

Tendo em vista a nossa preocupação com uma formação crítica de nossos educadores/educandos, o nosso comprometimento com transformação da realidade social diferencia daquela que tradicionalmente fundamenta a escola formal e busca uma prática na proposta de criação de valores que está fundamentada na obra Educação Para uma Vida Criativa do prof. Tsunessaburo Makiguti.

Nesta perspectiva concebemos o educador/educando como sujeito do conhecimento. E a partir dos saberes da vida cotidiana que cada um traz consigo, que poderemos criar as condições necessárias para que ele atribua significados aos conteúdos estudados.

A linguagem oral expressa o mundo interior do educando, ou seja, a organização do sujeito que se expressa por meio da fala.

Organizar idéias verbalmente ajuda o pensamento, pois a fala, constitui o elemento visível (quando ainda não é possível escrever) no âmbito de raciocínio e compreensão da realidade e auxilia o sujeito a tomar consciência dos processos mentais empregados na resolução de uma situação problemática

O ato de falar propicia ao sujeito interferir de modo ativo no desenvolvimento de situações existentes no mundo. Quanto mais se expressa, maior será sua compreensão sobre a realidade e por conseqüência maior capacidade de expressão.

À medida que o sujeito expressa idéias, cresce o desejo de ser ouvido e conseqüentemente, num jogo de troca com os outros, aprende a ouvir.

Ouvir significa falar a partir do ponto de vista do outro, o que aumenta a flexibilidade do pensamento de uma maneira mais lógica, ordenada e objetiva.

A relação entre falar e o ouvir será o elo que possibilitará ao educador escrever diferentes idéias trazidas pelos educandos, e que por sua vez produzirá material de leitura e escrita para seu trabalho com o grupo.

Neste sentido é importante comparar que um texto não é apenas um amontoado de frases, é preciso que tenha coerência e organização das idéias sobre o assunto tratado e principalmente reflita a discussão feita pelo grupo.

1. A leitura e a escrita podem ser alcançadas em 40 horas/aula, dependendo do conhecimento prévio de leitura e escrita do aluno que permitirá o prosseguimento na escolarização do ensino fundamental.
2. Não há método específico, todos são utilizados desde que atendam às necessidades e dificuldades do aluno. A experiência dos professores aliada ao desejo de realizar a tarefa de alfabetizar com empenho e criatividade, fará com que cada pólo encontre a melhor forma de realizar esse trabalho. É importante que haja uma utilização do tempo em sala de aula para atividades de leitura e compreensão de textos, diálogos, exposição de assuntos, dramatizações, etc, durante 70% desse tempo. O restante 30% deverá ser utilizado para as atividades escritas e/ou avaliação de desempenho. A maior parte das atividades escritas devem ser realizadas como lição de casa.
3. **Pólo** deverá desenvolver seu próprio **banco de dados** (exercícios e atividades complementares para cada série) que deverá possibilitar a fixação dos conteúdos de cada uma das unidades. Na Coordenadoria Educacional da BSGI existe alguns exercícios para consulta. Sugerimos que haja sempre que possível um intercâmbio dos exercícios de banco de dados entre os pólos.
4. A avaliação em classe não segue mensuração, mas sim uma apreciação de mérito com a indicação S para suficiente ou I para insuficiente.
5. O professor titular ministra a aula com o auxílio dos monitores, conforme o número de alunos. Às vezes, podemos dispor de um monitor para cada aluno, atendendo especificamente às necessidades. Entretanto, quando não houver voluntários em número suficiente, cada monitor poderá acompanhar mais de um aluno. **O sucesso dessa atividade vai depender do grau de interação entre professor e monitores. É preciso que haja um momento para que professor e monitores possam trabalhar juntos na preparação da aula, de acordo com a característica de cada pólo.**

PRINCIPAIS EVENTOS DO DEPTO. DE ALFABETIZAÇÃO.

- 1- Capacitação de professores, monitores (1º semestre)
- 2- Encontro Nacional do depto. de Alfabetização (2º semestre)
- 3- Formatura (dezembro)

Procedimento para Implantação do Pólo de Alfabetização para Jovens e Adultos

- 1- Estudo e planejamento por parte dos responsáveis da RM, RE ou área para verificar a possibilidade de implantar um pólo de alfabetização na localidade.
- 2- Fazer o levantamento de associados com dificuldade de leitura e escrita.
- 3- Fazer um levantamento dos voluntários que irão compor a equipe do pólo (anexo I)
- 4- Fazer uma pesquisa para selecionar uma escola pública que possa ceder suas dependências para a implantação do curso.
- 5- Encaminhar o resultado do levantamento para os responsáveis da Sub. Coordenadoria e dos responsáveis da CCSP/CMSP/CRE ou CRJ para aprovação da implantação do pólo (Anexo II).
- 6- Após a aprovação solicitar à Coordenadoria Educacional o ofício de solicitação para utilizar a escola, assinado pelo Sr. Naoto Yoshikawa – Diretor Secretário da BSGI – Anexo III (dar o nome da escola e endereço) e o treinamento da equipe do pólo.
- 7- Encaminhar o ofício ao Diretor e para aprovação oficial solicitar a cópia da ata da reunião com o Conselho da escola.
- 8- Enviar à Coordenadoria Educacional os 3 documentos para aprovação da diretoria da BSGI:
 - A cópia da ata do Conselho de Escola aprovando o uso das dependências.
 - O ofício solicitando a autorização para o funcionamento do pólo com as assinaturas dos responsáveis das 4 divisões da RM/ SUB e da CCSP/ CMSP/ CRE ou CRJ da localidade.
 - O organograma da equipe do pólo.
- 9- Tendo a aprovação da Diretoria da BSGI a Coordenadoria Educacional entrará em contato com a organização para o início do funcionamento do pólo.
- 10- Para o sucesso das atividades do pólo, é imprescindível os incentivos dos dirigentes da RM/RE/ÁREA, tendo como base a prática da fé e orientações do nosso mestre pres. Daisaku Ikeda.

Anexo I

FUNÇÕES DA EQUIPE DO PÓLO

RESPONSÁVEL DA ORGANIZAÇÃO LOCAL:

Deverá participar das etapas de estruturação do curso, coordenar administrativamente o funcionamento do pólo, e apoiar com orientações e incentivos da prática da fé a toda equipe do pólo e aos alunos.

COORDENADOR PEDAGÓGICO (Pedagogo):

Deverá receber treinamento na Coordenadoria Educacional para que possa atuar na montagem e na coordenação do curso, no tocante a definição da equipe, elaboração do Plano de Curso e Plano de Aula, assim como operacionalização dos mesmos; acompanhar a avaliação do aluno, juntamente com os professores, definindo o remanejamento quando necessário, e/ou sugerindo, cada uma das quatro séries dentro de 40hs/aula.

PROFESSOR TITULAR (Pedagogo e/ou especialista com magistério):

Deverá preparar e desenvolver aulas criativas, que compreendam os pontos principais, de cada série, de acordo com a Proposta do Curso, de maneira compartilhada com os monitores.

MONITORES (Professores de ensino fundamental e ou médio, estudantes universitários e licenciados e de outras áreas):

Auxiliar o professor na conclusão do aprendizado do aluno, além de observar as dificuldades do mesmo para que possa dessa forma auxiliar o professor no preparo de atividades adicionais e ou diferenciadas, de acordo com cada caso.

RESPONSÁVEL PELA SECRETÁRIA:

Reunir mensalmente (1ª Semana Após O Fechamento do Mês), Com Auxílio Do Coordenador Pedagógico, dados relativos a frequência e avaliação dos alunos, frequência da equipe do Pólo e atividades à Coordenadoria educacional em forma de relatório.

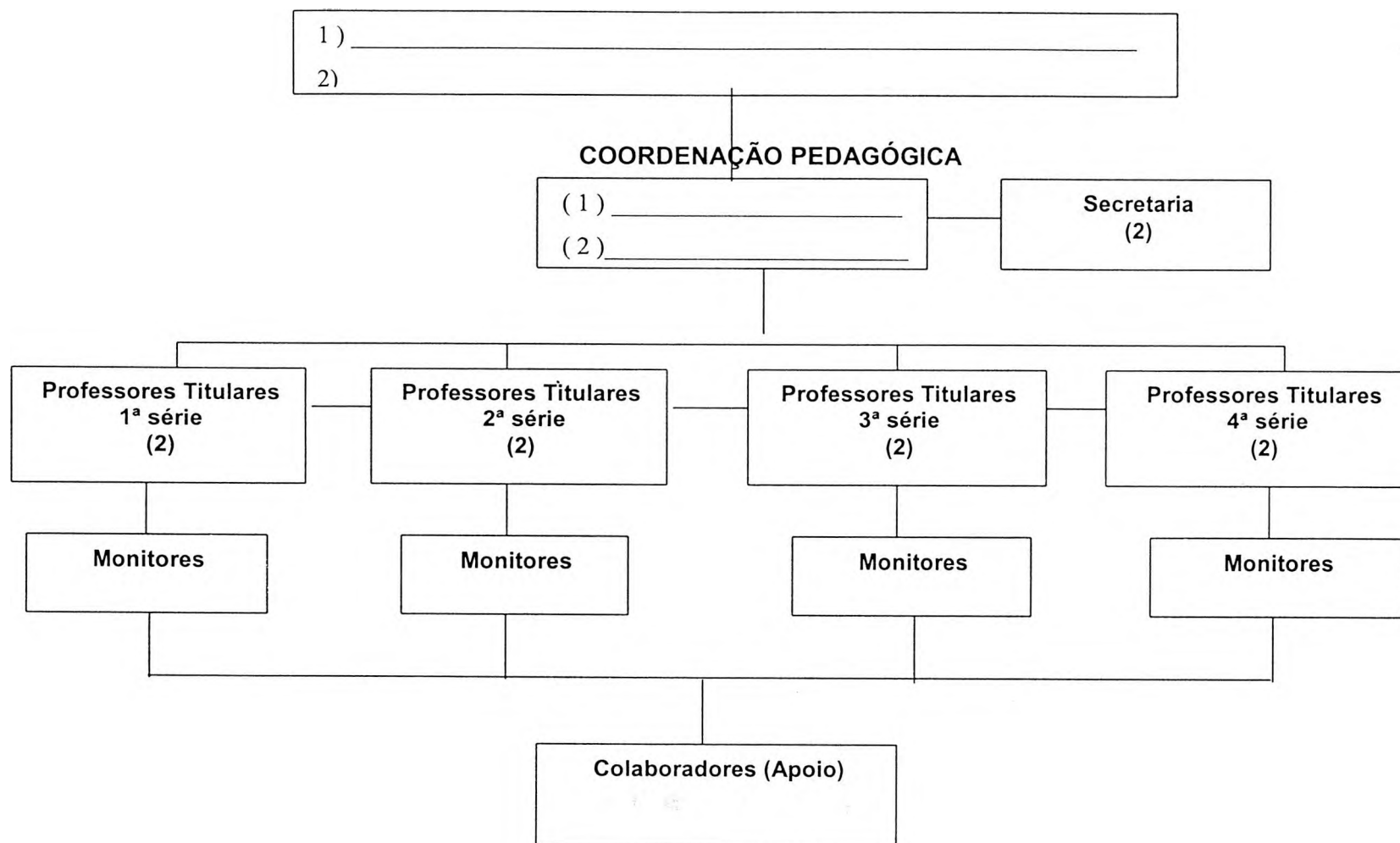
APOIO:

Responsável pelo café, limpeza e segurança.

COORDENADORIA EDUCACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASIL SGI BSGI
DEPARTAMENTO DE ALFABETIZAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS

ORGANOGRAMA (Anexo I)

COORDENAÇÃO GERAL



Anexo II

Assunto: Autorização para implantação do pólo de alfabetização

Ao Conselho Diretivo da BSGI

Solicitamos autorização para implantar o Curso de Alfabetização de Jovens e Adultos da BSGI na RM _____, a sede de funcionamento do pólo será na Escola _____,a (Rua/Av)_____, nº_____, Bairro _____, tendo como diretor (a)_____ com o horário de funcionamento de 40 horas, aos sábados, das 8 às 12 horas. Esclarecemos que a RM não marcará atividades centrais da organização neste horário.

Responsáveis de RM /RE ou ÁREA

DS _____

DF _____

DFJ _____

DMJ _____

Coordenadoria Educacional da BSGI

Resp. Depto Alfa _____

Coord. Educ. _____

Coord. Educ. Geral _____

Responsável da Sub Coord.

Resp. da Coordenadoria

CCSP () CMSP () CRE () CRJ ()

Homologação do Conselho Diretivo da BSGI

Anexo III

São Paulo, de de 2005.

Ilmo (a)

Diretor (a) da Unidade Escolar –

Assunto: Solicitação de para utilizar a escola para o Curso de Alfabetização para Jovens e Adultos.

Prezado Senhora,

Vimos por intermédio deste, solicitar a utilização das dependências da EE _____, situada à Rua _____, com a finalidade de realizarmos o Curso de Alfabetização para Jovens e Adultos em 40 horas/aula das **Região Metropolitana** _____, com _____ alunos inscritos.

Reafirmamos também que as atividades por nós promovidas têm exclusivamente um cunho cultural e filantrópico, sem fins lucrativos, tais como exposições, conferências, simpósios, sempre com intenção de transmitir informações e préstimos visando o desenvolvimento humano de cada cidadão. No âmbito educacional, as nossas realizações têm crescido de uma forma altamente satisfatória, com a solicitação cada vez maior para realizarmos o referido curso, assim como outras atividades do gênero. Esclarecemos, outrossim, que o curso será realizado somente aos sábados das 7 às 13 horas e **utilizaremos 5 salas de aula, os banheiros – masculino / feminino e o pátio.**

O curso tem por objetivo levar jovens e adultos que sejam analfabetos e analfabetos funcionais a desenvolverem a leitura e a escrita em 40 horas/aula, permitindo ao aluno o prosseguimento na escolarização do Ensino Fundamental por meio da reclassificação. Não há método específico, todos são utilizáveis desde que atenda a dificuldade do aluno. Um livro básico de apoio é utilizado como atividade e a avaliação em classe não segue uma mensuração, mas sim uma apreciação de mérito. Um professor titular, dirige o plano de aula com diversos monitores, conforme o número de alunos.

Por outro lado, conforme o artigo 2.º da resolução S/E 229, de 26.09.95 parágrafo 2.º assumimos total responsabilidade pela devolução do local cedido nas condições em que recebemos, inclusive pelo ressarcimento de eventuais danos das dependências no decorrer das aulas, bem como a manutenção da limpeza e disciplina dos alunos.

Certos da anuência e colaboração de V.Sa., antecipadamente agradecemos com protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

NAOTO YOSHIKAWA
Diretor Secretário da BSGI



D I P L O M A

Considerando que _____
freqüentou com aproveitamento o Curso de Alfa-
betização de Jovens e Adultos, durante seis me-
ses, num total de 240 horas, a Fundação Interuni-
versitária de Estudos e Pesquisas sobre o Traba-
lho, Untrabalho, através do seu Núcleo Local na
Universidade de Brasília, confere o presente di-
ploma, qualificando para continuidade dos estu-
dos.



DIPLOMA

Considerando que _____ frequentou
com aproveitamento o Curso de Alfabetização de Jovens
e Adultos, durante seis meses, num total de 240 horas, a
Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas
sobre o Trabalho, Unitrabalho, através do seu Núcleo
Local na Universidade de Brasília, confere o presente
diploma, qualificando para a continuidade dos estudos.

informação

São Paulo, ago. de 2003 Ano VII Nº57

em rede

Este boletim é publicação mensal da **Ação Educativa** - Assessoria, Pesquisa e Informação

Governo quer incorporar educação de jovens e adultos no FUNDEF

Ministério da Educação enviou à Casa Civil pedido para que o legislativo derrube o veto à lei que impede a contagem das matrículas na educação de jovens e adultos nos cálculos do Fundo

A Casa Civil da Presidência da República recebeu, no início de agosto, do Ministério da Educação a proposta de derrubada do veto que impede que as matrículas de educação de jovens e adultos no nível fundamental sejam contempladas pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

O veto à Lei 9424 foi feito pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1996.

Desde que a lei do Fundef entrou em vigor com o veto, a matrícula pública no ensino fundamental de jovens e adultos ficou estagnada em um patamar próximo aos 2 milhões de alunos, e só voltou a crescer a partir de 2001, quando estados e municípios do Norte e Nordeste passaram a receber os recursos federais do programa Recomeço. Nas regiões Sudeste e Centro Oeste, porém, as matrículas no ensino fundamental de jovens e adultos diminuíram na vigência do Fundef.

Caso o veto seja realmente derrubado, a União poderá suspender o Programa Recomeço (deixando de gastar cerca de R\$ 360 milhões), mas será obrigada a aumentar a complementação dos fundos estaduais com cerca R\$ 1 bilhão a mais (tomando como referência os

atuais valores estabelecidos para o ensino fundamental). A inclusão das matrículas do ensino fundamental de jovens e adultos no Fundef é uma antiga reivindicação da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), do Conselho dos Secretários de Educação dos Estados (Consed) e dos Fóruns Estaduais de Educação de Jovens e Adultos. O movimento ganhou a adesão da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que no dia 23 de julho incluiu o tema na audiência mantida com o Procurador Geral da República, Cláudio Fonteles. Ele aceitou a proposta de recomendar a diferentes ministérios ações imediatas referentes ao cumprimento da lei do Fundef. Além da recomendação ao MEC de incluir a educação de jovens e adultos no Fundef, foi encaminhada solicitação ao Ministério da Fazenda de aumento imediato do valor do custo mínimo por aluno dos atuais R\$ 446,00 para R\$ 500,00 (1ª a 4ª séries) e dos R\$ 468,30 para R\$ 525,00 (5ª a 8ª séries). A arrecadação de impostos permite ao governo pagar esses valores, que ainda estão abaixo do que determina a lei. A Procuradoria solicitou ao Ministério do Planejamento que

a proposta orçamentária de 2004 (que deve ser enviada ao Congresso ainda em agosto) garanta os recursos necessários ao pleno cumprimento da lei no próximo ano.

Reforma Tributária

Outro assunto que afeta o financiamento da educação deve merecer atenção nos próximos meses: a proposta de reforma tributária, em discussão no Congresso. Entidades do setor educacional temem que sejam incluídos no texto final da reforma mecanismos que desvinculem os recursos que hoje são destinados à educação ou que reduzam a base de cálculo sobre a qual incidem essas vinculações. A reforma pode afetar também contribuições sociais como o Salário Educação, responsável por parcela significativa do financiamento público do ensino fundamental.

Para alertar a sociedade sobre esse risco de comprometimento da educação pública, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação organizou em julho, junto com outras entidades, um debate na Câmara dos Deputados sobre o impacto da reforma tributária sobre o financiamento da educação. Um dos resultados foi a formação de uma comissão permanente para aprofundar a discussão sobre os recursos para a educação e acompanhar o processo de aprovação da reforma tributária.

Construindo conhecimento em parceria com sindicatos

Construindo o Saber é o nome de um curso supletivo profissionalizante idealizado pelo Centro de Educação, Estudos e Pesquisas (CEEP) e desenvolvido em seis cidades do Estado de São Paulo. Voltado para trabalhadores com mais de 20 anos que cursaram o primeiro segmento do Ensino Fundamental, o projeto tem como objetivo proporcionar uma formação capaz de responder a necessidades profissionais e de participação cidadã. Entre 1999 e 2000 o curso teve 211 alunos trabalhadores; outros 450 iniciaram o curso no segundo semestre de 2001, 270 dos quais já se formaram. O curso conta com a participação direta de sindicatos na execução do projeto.

A adesão dos sindicatos determinou a escolha das cidades-sede. Atualmente, o curso é ministrado na capital, em Franca, Limeira, Rio Claro, Osasco e Carapicuíba. O currículo é modularizado e organizado em cinco áreas de conhecimento (Linguagens e Representações, Sociedade e Cultura, Ciência e Tecnologia, Preparação para o Trabalho e realização de projetos voltados a pesquisas bibliográficas e de campo), cuja abordagem interdisciplinar parte de um tema escolhido pela classe. A parte profissionalizante do currículo varia de cidade a cidade, adequando-se aos interesses dos alunos e ao mercado de trabalho local. Auxiliar

administrativo, agente de saúde e eletricitista são algumas das opções. O financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador sofre atrasos frequentes, tornando incerta a oferta dos módulos do curso. Se o CEEP não conseguir um financiamento de longo prazo, novas turmas poderão não se formar. Os educadores não pensam abandonar a experiência e, com auxílio de pesquisadores da USP, estão sistematizando-a com o objetivo de estendê-la a outras localidades. **Contato:** IIEP - Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas
Rua Pedro Américo, 32, piso 13 - CEP 01045-010 - República - São Paulo - SP
fones: (11) 3337-6775 e (11) 3362-1513
e-mails: moraescs@hotmail.com e ceepsp@terra.com.br.

Anote

18 de agosto a 12 de setembro

O Centro de Cooperação Regional para a América Latina e Caribe promove no México a oficina "Formación inicial para formadores de EDJA" e o curso de especialização "Adolescencias: en los límites de las experiencias y las teorías". Informações: www.crefal.edu.mx, academi@crefal.edu.mx, fone (01-434) 342-8131.

30 de agosto encerram-se as inscrições para o Prêmio de Incentivo à Prevenção às DST, AIDS e ao Uso de Drogas em Espaços Educativos. Informações: erica@ssobral.com.br, fone (11) 3887-8809.

31 de agosto a 3 de setembro

a UFMT sedia em Cuiabá o Seminário Educação 2003, com o tema "Educação e Trabalho: Trabalhar, Aprender, Saber". Informações: www.ufmt.br/semiedu2003, izumi@cpd.ufmt.br, fones (065) 615-8442 ou 9982-8927.

8 a 12 de setembro acontece em São Paulo a IV Semana da Alfabetização promovida pelo Programa Alfabetização Solidária. Informações: ivsemana@alfabetizacao.org.br ou www.semana.org.br.

16 a 19 de setembro será realizado em Recife (PE) o IV Colóquio Internacional Paulo Freire, com o tema "Ética, Política e Educação".

Informações: cpfreire@zipmail.com.br ou fone (81) 3271-8809.

20 de setembro encerram-se as inscrições para o 3º Telecongresso Internacional de Educação de Jovens e Adultos, a realizar-se de 7 a 9 de outubro com o tema "Alfabetização e Educação ao longo da vida: uma visão renovada". Inscrições pelo site <http://telecongresso.sesi.org.br> por R\$ 20 a R\$ 40. Até 30 de agosto, desconto de 50%.

30 de setembro é o último dia para inscrever até quatro atividades por proponente no IV Fórum Social Mundial (Mumbai, Índia: 16-21/01/2004). As inscrições serão confirmadas entre outubro e novembro. Informações: www.wsfindia.org/event2004.

Leia

A Editora Global, Ação Educativa e o Instituto Paulo Montenegro lançaram o livro **Letramento no Brasil**, organizado por Vera Masagão Ribeiro. A obra reúne artigos de especialistas em leitura, letramento e educação que comentam os resultados do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF) de 2001. Custa R\$ 39,50. Pedidos pelo e-mail vendas@globaleditora.com.br ou fone (11) 3277-7999, ramal 230.

A Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB) lançou o nº 16 de **Alfabetização e Cidadania** – Revista de Educação de Jovens e Adultos. Dedicada à alfabetização, traz artigos de Magda Soares e Celso Beisiegel, experiências, depoimento de Vera Barreto e o relato de um dia de aula numa comunidade pesqueira. Assinatura anual por R\$ 20,00. Exemplares avulsos a R\$ 5,00 pelo e-mail saf@acaoeducativa.org ou fone (11) 3151-2333.

Este boletim é publicação mensal da Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação.

Apoio:	ICCO (Holanda) FED (Alemanha)
Edição de texto:	Maria Clara Di Pietro Marina Gonzalez
Projeto gráfico:	SM&A Design
Tiragem:	3.700 exemplares



Ação Educativa

Rua General Jardim, 660
01223-010 São Paulo SP Brasil
Te F: 11 3151 2333
acaoeduca@acaoeducativa.org
www.acaoeducativa.org



Plano Nacional de Educação: você sabia?

Educação de jovens e adultos tem muitas metas e poucos recursos

Como previsto na Constituição e na LDB, a União está redigindo sua proposta para o Plano Nacional de Educação, a ser enviado ao Congresso Nacional até 15 de dezembro. Para isso, o MEC tem pedido avaliações do pré-projeto, coordenado por Eunice Durhan, membro do CNE, a algumas entidades ligadas à educação. O Plano deverá estar "em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos" (art. 87, § 2º da LDB), regulamentando e fixando diretrizes mais específicas para os próximos dez anos nas várias áreas do ensino, no financiamento e na gestão do sistema e das escolas.

Só entra quem é convidado...

Setores da sociedade civil avaliam que o processo de realização do Plano foi pouco democrático, já que não houve divulgação à sociedade e a convocação ao debate foi restrita. O MEC alega que o "Plano Decenal de Educação para Todos", este sim resultado de mobilizações, foi incorporado

à atual redação. Esta última, no entanto, perpetua as diretrizes da política educacional recente (descentralização, parametrização, avaliação centralizada, desobrigação da União etc.) prevendo espaço apenas para as contribuições de estados e municípios (leia-se Conselho dos Secretários Estaduais de Educação – Consed, e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime), para o CNE e para alguns interlocutores escolhidos pelo Ministério para elaborarem pareceres (entre eles, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação – ANPEd, e Conselhos Estaduais de Educação). As reuniões do MEC com os pareceristas terminaram em novembro. A Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos, apesar de constar da lista a ser convidada pelo Ministério, não foi consultada.

Após 15 de dezembro, o PNE deverá ser examinado pelo Congresso, podendo tanto incorporar emendas representativas da sociedade como ser apropriado por interesses



Metas da proposta do PNE/MEC para Jovens e Adultos

PÚBLICO	EM UM ANO	EM 5 ANOS	EM 10 ANOS
Jovens de 15 a 24 anos		- Elevar até a 4ª série a escolaridade mínima de 50% dos 6,5 milhões que não a têm hoje. - Elevar até a 8ª série a escolaridade mínima de 50% dos 12,6 milhões que não a têm hoje.	
Maiores de 25 anos			- Erradicar o analfabetismo absoluto na população maior de 15 anos (15,5 milhões de pessoas) - Garantir ensino fundamental a 50% dos 41,6 milhões que hoje tem 4ª série
Geral	Elaborar parâmetros de qualidade para EJA	- Oferecer alfabetização e suplência em todas as escolas de 1º e 2º graus - Dobrar o número de atendidos na suplência de 2º grau - Duplicar os cursos básicos de formação profissional (não escolar)	- Quadruplicar os cursos básicos de formação profissional (não escolar)

particularmente clientelistas. A estratégia de influência tende, portanto, a limitar-se para pressões junto aos congressistas.

EJA no atual PNE

A proposta do MEC para o PNE delinea metas bastante amplas para EJA (quadro na página anterior). Quanto aos meios para sua efetivação, o Plano é vago. Prevê que, em uma década, o percentual do PIB aplicado em educação seja elevado de 4,6% para 6% por meio do esforço da União, de estados e municípios e da parceria com o setor privado. Manifesta a intenção de "aumento dos recursos disponíveis para convênios relativos à educação de jovens e adultos, incluindo parceria com as empresas... [e] o combate ao analfabetismo e ao déficit educacional nos municípios e áreas mais carentes, através do programa Comunidade Solidária". Fica claro, portanto, que as frentes apontadas para EJA nos próximos dez anos reduzem-se à batalha pelo financiamento privado de suas atividades. A Undime já reagiu, reivindicando um fundo especial para EJA no Nordeste, onde estão as maiores taxas de analfabetismo.

Especialistas em políticas de EJA têm diagnosticado que, ao longo da história, o estabelecimento de metas para este campo depende da destinação de verbas específicas.

Com o veto presidencial à contabilização de alunos da suplência para o repasse de verbas do Fundão, a iniciativa de, por exemplo, assegurar que as escolas de 1º e 2º graus ofereçam programas de alfabetização e suplência dependerá exclusivamente da vontade política dos municípios e estados – que terão de repartir as verbas já insuficientes do ensino fundamental regular com a educação de adultos.

Konder defende EJA

O jurista Fábio Konder Comparato emitiu parecer especificando a interpretação do inciso I do artigo 208 da Constituição Federal. O texto, alterado pela emenda 14/96, determina ser dever do Estado a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, "assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria". A emenda, ao acrescentar o termo "oferta", deixava dúvidas quanto à obrigação do Estado de atender jovens e adultos. Esse parecer, reafirmando o dever do Estado com a EJA, é mais um instrumento a ser utilizado por todos aqueles que trabalham para ampliar as oportunidades educacionais deste segmento da população. Cópias do parecer podem ser solicitadas a Ação Educativa.

EDITORIAL

A retórica e os fatos

Está em consolidação pelo MEC o Plano Nacional de Educação. Afirmando basear-se no "Plano Decenal de Educação Para Todos", de 1993, na verdade incorpora e ratifica políticas recentes desenvolvidas pela União, enfatizando a construção de sistemas de informação, o estabelecimento de parâmetros e a delegação de responsabilidades quanto à oferta ou implementação de programas educativos, tomando para si apenas a avaliação destes.

Na educação de jovens e adultos, a proposta do Plano, construída sem que a Comissão de Jovens e Adultos do MEC tenha sido consultada, define grandes metas de alfabetização e escolarização para os próximos dez anos. Prioriza os jovens de 15 a 24 anos, para os quais prevê oferta de ensino fundamental, e retoma também a primeira tarefa para ele designada na Constituição (art. 214), ou seja, "erradicar o analfabetismo" no período. No entanto, é omissa quanto ao financiamento e os meios para atingir estas metas,

bem como quanto às responsabilidades das esferas de governo em relação a elas.

Ao mesmo tempo, o texto aponta para a ampliação de convênios, incluindo parcerias com empresas. Como a emenda 14 à Constituição revogou o artigo 60 das Disposições Transitórias (que destinava 50% das aplicações em educação para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental), e implantou o Fundão, deixando o ensino supletivo à margem, prevê-se diminuição do financiamento público para EJA. Como então ampliar o já precário atendimento com diminuição de recursos públicos? O exemplo do Alfabetização Solidária demonstra que não basta contar apenas com recursos privados para essa área. Por outro lado, também não podemos esperar que as secretarias municipais retirem seus poucos recursos para o ensino fundamental realocando-os em EJA.

Infelizmente, uma vez mais, divisa-se um horizonte mais de retórica do que de fatos.

Fórum municipal de EJA em São Paulo

Nascido dos cursos de formação do atual Centro Cida Romano e composto por educadores populares e da rede pública, além da Associação de Educadores Católicos (AEC) e da ONG Vereda, o Fórum de EJA de São Paulo reúne-se há três anos para acompanhar as políticas públicas no setor, articular, mobilizar e formar educadores em encontros bimestrais.

Em abril de 97, o Fórum realizou o Ato em Defesa da EJA, do qual resultaram dois abaixo-assinados com mais de 5000 assinaturas cada, dirigidos ao ministro Paulo Renato Souza e ao prefeito Celso Pitta. Os documentos exigiam a derrubada do veto à lei 9424/96 (**informação em rede 1**) e maior clareza na sistemática de projetos exigida pelo MEC; no município, propôs-se a criação de uma comissão de representantes do Fórum e da Secretaria da Educação para discutir a ampliação do atendimento em EJA. Apesar de o MEC não ter respondido à reivindicação,

a exigência para São Paulo foi aceita, mas os encaminhamentos estão suspensos devido à indefinição resultante da troca do secretário de Educação. No entanto, o Centro Cida Romano já avalia como positiva a mobilização dos 25 grupos populares responsáveis por 160 classes de alfabetização.

Os encontros do Fórum acontecem a cada dois meses. O próximo ocorrerá em 6 de dezembro.

No município...

A prefeitura atende cerca de 84.000 alunos em toda a Suplência (alfabetização ao 2º grau), sendo que a estimativa do próprio município, apenas para os que não sabem ler e escrever, está em torno de 500 mil jovens e adultos.

Centro Cida Romano: tel/fax (011) 873-2314, contatos com Cida, Annette ou Adriana.

Educação em assentamentos

Apos quatro meses de indefinição sobre a continuidade do convênio para a existência de projetos educativos em assentamentos, o MST recebeu em outubro proposta do MEC ampliando para 200 mil o número de educandos jovens e adultos a serem atingidos pelo programa. O MEC pretende estender o atendimento em educação a todos os assentamentos brasileiros (30% dos quais coordenados pelo Movimento), encarregando as universidades de treinar 14 mil professores, recrutados entre universitários, com verba de 30 milhões do FNDE e FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Os recursos seriam gerenciados pelas prefeituras locais. Outras entidades envolvidas são a Contag, a Unesco e o Unicef.

Em reunião do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) com o coordenador geral João Cláudio Todorov, em novembro, 23 universidades assumiram o convênio. Paralelamente, coordenadores de educação nos assentamentos estão delineando o perfil do programa. Para avaliar as estratégias e garantir a continuidade de projetos anteriores, coordenadores e educadores do MST reuniram-se em São Paulo nos dias 24, 25 e 26 de novembro.

Grupo de EJA na ANPED

A XXª reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) realizada de 21 a 25 de setembro, decidiu constituir um grupo de estudos sobre Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Esse grupo, reunindo pesquisadores do tema, deverá viabilizar a formação de um Grupo de Trabalho sobre EJA nas próximas reuniões da entidade. Trabalhos sobre EJA na última década representam 4,07% da produção acadêmica em cursos de mestrado e doutorado. PUC-SP, UFRGS, UFPB e USP são os centros de pesquisa com maior produtividade acadêmica na área.

Caberá ao grupo de estudos da ANPED incentivar a apresentação de resultados de pesquisas sobre EJA no próximo encontro da associação (inscrições até 14 de abril de 1998) e sugerir pesquisadores e temas para mesas-redondas e cursos durante o evento. Já foram realizadas três reuniões estaduais (SP, RJ e MG) e uma nacional, em novembro, na UFMG, após o encerramento do II CONEd.

Pesquisadores que desejarem receber informes devem enviar nome, endereço e dados acadêmicos para **Ação Educativa**.

EJA tem espaço garantido na UFMG

Vincular formação de professores, pesquisa e extensão é meta comum a muitos projetos educativos propostos por universidades. Envolver uma comissão de professores especialistas nas áreas de conhecimento do 1º grau, além de monitores das licenciaturas, Pedagogia e Biblioteconomia é, para além das intenções, resultado de um projeto que já contabiliza onze anos de história no atendimento em EJA a funcionários e comunidade no campus da Universidade Federal de Minas Gerais.

Nascido em 1986 como Projeto Supletivo, por reivindicação dos servidores da UFMG e iniciativa de um grupo de professores do Centro Pedagógico, hoje o Projeto Ensino Fundamental de Jovens e Adultos abrange também a alfabetização (projeto de professores da Faculdade de Letras) e Suplência I, com possibilidade ainda de implantação da Suplência de 2º grau em breve.

Atualmente o Projeto atende a três turmas de alfabetização, com 20 alunos/sala, e a quatro de Suplência II, cada uma com 25 alunos. Os monitores trabalham 20 horas semanais, das quais

quatro são dedicadas à regência de turma e o restante à preparação de aulas, reuniões e fóruns de discussão. Há dois tipos de reunião pedagógica: aquelas dedicadas à discussão dos monitores com o coordenador específico da disciplina por ele lecionada; e as reuniões do grupo de monitores que atendem a uma turma que, recentemente introduzidas, possibilitam projetos interdisciplinares e intercâmbio de informações e experiências a respeito de um mesmo grupo de alunos.

Os dez anos do Projeto foram comemorados em 1996 com o seminário "Universidade e Educação de Jovens e Adultos", no qual especialistas em EJA e responsáveis por projetos analisaram a conjuntura e o papel das Universidades no fomento à pesquisa e formação de professores para a área. Na UFMG, a educação de adultos ocupa três espaços: a habilitação em Educação de Jovens e Adultos, para pedagogos; a área temática "Educação de Jovens e Adultos", na pós-graduação, e o Núcleo de Estudos de Educação de Jovens e Adultos, ao qual filia-se o Projeto. Contatos pelo tel. (031) 499-5190.

RADAR

A participação ativa das ONGs na V Confinteia pode reforçar o papel da sociedade civil na reforma da Organização das Nações Unidas (ONU).

Este foi um dos assuntos discutidos em Elsinore (Dinamarca), onde, de 20 a 23 de julho, logo após o encontro internacional de Hamburgo, o comitê consultivo da Conferência encontrou-se para definir um plano de ação, encaminhando os compromissos assumidos. As recomendações para o seguimento da Conferência, tiradas da reunião, prevêem a disseminação de seus resultados, a edição de um boletim mundial periódico para o acompanhamento das metas delineadas e a consolidação destas na Conferência Geral da Unesco (realizada em novembro).

A Declaração de Hamburgo e o Plano de Ação da Confinteia podem ser encontrados na página da Unesco na Internet: <http://www.unesco.org/general/eng/events/confinteia/index.html>.

Anote:

✓ **15 de dezembro de 1997:** data máxima para o envio do Plano Nacional de Educação ao Congresso.

✓ **4 a 7 de fevereiro de 1998:** reunião do Comitê Diretivo do Conselho de Educação de Adultos da América Latina e Caribe, no México. Mais informações no Cedope/Unisinos, tel.: (051) 592-6333 / 1611, com Renato Soethe.

Leia:

✓ **Notícias,** boletim do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Rio de Janeiro. Lançado em outubro, divulga as atividades do Fórum do Rio e outras informações de interesse para educadores e técnicos da área. Informações com Eliane (DEMEC/RJ), fone/fax: (021) 220-6264.

É necessária a participação informada e efetiva de mulheres e homens em todas as esferas da vida para que a humanidade sobreviva e avance frente aos desafios que o futuro propõe.
(Declaração de Hamburgo, UNESCO, 1997)

Declaração do Conselho Internacional de Educação de Pessoas Adultas¹

Nós, representantes de 704 organizações não governamentais de educação de pessoas adultas, vemos com grande preocupação a falta de resultados concretos na provisão de acesso e de oportunidades para que as pessoas adultas, mulheres e homens, possam exercer seu direito de estudar. Mediante esta declaração, emitimos o seguinte

Chamado à Ação Pela Alfabetização e Educação de Pessoas Adultas

O Conselho Internacional de Educação de Pessoas Adultas (ICAE) e outros organismos têm enfatizado em todas as reuniões mundiais de cúpula da década passada que o ingrediente chave na conquista da democracia e do bem estar em qualquer lugar do mundo é a criatividade das cidadãs e dos cidadãos.

Enquanto reafirmamos a educação como um direito universal, sem discriminação ou limitações, nos consterna o fato que mulheres e homens dos grupos menos privilegiados e marginalizados ainda se encontrem lutando por oportunidades de acesso, igualdade e recursos adequados para sua alfabetização, educação básica e aprendizado ao longo da vida.

Quando avaliamos os resultados das reuniões mundiais de cúpula da virada do século², tanto em nível nacional como global, verificamos o reconhecimento universal da importância e necessidade do aprendizado de pessoas adultas.

É desanimador que a resposta, tanto no nível das políticas como das práticas, tenha ficado muito aquém das necessidades. Embora a alfabetização e a educação de pessoas adultas tenham sido reconhecidas como elementos críticos para todos os aspectos do desenvolvimento humano e social, na realidade continuam sendo inadequadas as oportunidades para que as pessoas adquiram a capacitação e o conhecimento para exercerem a cidadania ativa, desempenhar papéis econômicos produtivos e seguir suas metas pessoais de aprendizado.

Foi alcançado um consenso global para que:

■ Os recursos destinados à alfabetização e educação de pessoas adultas sejam incrementados, tal como foi recomendado pela Conferência de Hamburgo sobre Educação de Pessoas Adultas e pela Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social;

■ Várias declarações sobre educação para todos têm feito um apelo para que sejam apoiadas tanto a educação de crianças e jovens como a educação de pessoas adultas que desempenham um papel econômico, social e político ativo em suas comunidades. Foi feito um chamado para que se alcance a igualdade de gênero na educação primária e secundária até o ano de 2005 e uma alfabetização de todas as pessoas adultas até o ano de 2015;

■ A alfabetização e a educação de pessoas adultas são meios para a superação da pobreza e da exclusão, para que se estabeleça e reforce a democracia, alcance a justiça e a paz, aumente o bem estar econômico e social, melhore a saúde e assegure a alimentação. A educação de pessoas adultas contribui para a prevenção e eliminação das disparidades de gênero e de raça, bem como de outros problemas sociais tais como a violência contra as mulheres, as drogas, a destruição do meio ambiente, a epidemia da AIDS.

■ A efetiva implementação da alfabetização, da educação de pessoas adultas e do aprendizado ao longo da vida está sendo severamente obstaculizada por fatores tais como os conflitos étnicos, os deslocamentos forçados de população, a ocupação estrangeira, a falta de reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e os contínuos gastos militares.

¹ O ICAE – International Council for Adult Education – congrega redes continentais de organizações não governamentais dedicadas à educação de pessoas adultas. Tem sede em Toronto, no Canadá e publica a revista *Convergence*. E-mail icae@web.net, página www.web.net/icae.

² As reuniões de cúpula promovidas pelas Nações Unidas em 2000 foram: Dakar, no Senegal, em abril, para avaliação da década de educação para todos (Jomtien + 10); New York, EUA, em junho, para avaliação de meio termo dos compromissos relativos à promoção da mulher (Beijing + 5); em Genebra, na Suíça, em julho, de avaliação intermediária dos compromissos com o desenvolvimento social (Copenhague + 5).

Salvo algumas exceções, os planos de educação nacionais não têm incluído ou têm descuidado de maneira severa as políticas de educação de pessoas adultas, apesar dos compromissos assumidos pelos governos com as declarações acima citadas. Mesmo naqueles casos em que os marcos orientadores das políticas estão corretos, freqüentemente os mecanismos para sua implementação são falhos.

Apesar do compromisso de trabalho conjunto entre os governos, organizações não governamentais e outros grupos da sociedade civil para propósitos de formulação, implementação e avaliação de políticas, estas parcerias não têm se desenvolvido como era esperado. É importante que todos esses grupos reconheçam e respeitem os papéis, forças e contribuições de cada um, que sejam transparentes e também responsáveis frente aos demais e perante a sociedade.

Um chamado à mudança

Não podemos esperar até que a próxima geração tenha uma melhor educação inicial; a necessidade de uma participação criativa e informada é imediata. As incertezas e riscos com os quais os cidadãos devem se enfrentar na atualidade exigem, sem mais prorrogações, do apoio para uma participação criativa e maiores competências. Agora, e não em 2015, é quando mulheres e homens nas comunidades rurais e urbanas tentam e necessitam desesperadamente aumentar sua autonomia de ação. Temos conhecimento e experiência suficientes no mundo todo para demonstrar a efetividade do aprendizado de pessoas adultas, e podemos marcar uma diferença. Chegou a hora de fazer com que isto seja colocado a serviço de todas as pessoas.

Sem organizações não governamentais com vigor renovado e orientadas para as redes globais e regionais não se poderá implementar o direito à educação e também não se poderá satisfazer a demanda das pessoas adultas por reforçar sua capacidade de ação.

Fazemos um chamado aos Governos, às Agências Bilaterais e Multilaterais, às Organizações Não Governamentais e aos Cidadãos do Mundo Todo para:

- Estabelecer, reforçar e incrementar o financiamento, implementar políticas e uma legislação que apóie a alfabetização, a educação de pessoas adultas e o aprendizado ao longo da vida;
- Incluir organizações que trabalhem com alfabetização e educação de pessoas adultas nos grupos de trabalho nacionais, sub-regionais e regionais criados como mecanismos para o planejamento e implementação dos acordos de Dakar¹;
- Incluir a alfabetização, a educação de pessoas adultas e o aprendizado ao longo da vida com um complemento necessário para a educação de crianças e ado-

lescentes, financiada integralmente dentro dos planos nacionais de educação que estão sendo desenvolvidos pelos Grupos Nacionais de Trabalho para o ano 2001, tal como formulado nas recomendações de Dakar sobre Educação para Todos;

- Fortalecer os aportes de todas as agências das Nações Unidas (incluindo UNESCO, UNICEF, FAO, UNIFEM, Banco Mundial, UNEP, OIT, PNUD, OMS e UNAIDS) para a realização da alfabetização e a educação de pessoas adultas;

- Fortalecer as capacidades das organizações e redes existentes que estejam trabalhando em alfabetização, educação de pessoas adultas e no aprendizado ao longo da vida nos níveis local, nacional, sub-regional, regional e global;

- Aumentar a disseminação de informação, a colaboração e o trabalho em rede entre as várias iniciativas de defesa de direitos e políticas globais das organizações não governamentais;

- Apoiar o desenvolvimento da infra-estrutura de tecnologias de informação e aumentar o cuidado com o papel desempenhado pelos meios de comunicação,

- Pedir o apoio do Instituto para a Educação de Hamburgo, como estrutura das Nações Unidas para Educação de Pessoas Adultas, solicitando à UNESCO um mandato para que ele organize no ano de 2003 uma reunião de seguimento após seis anos da Conferência sobre Educação de Pessoas Adultas (CONFINTEA V);

É desta maneira que, no Conselho de Educação de Pessoas Adultas, assumimos os seguintes compromissos:

- Iniciar um processo global efetivo de monitoramento dos compromissos relacionados com a alfabetização e a educação de pessoas adultas assumidos pelos governos;

- Empreender um estudo global sobre o “Estado da Arte” da educação de pessoas adultas;

- Promover a nível mundial as Semanas de Educação de Pessoas Adultas das Nações Unidas; e

- Convocar uma assembléia mundial focalizada na ação das organizações da sociedade civil que trabalhem com alfabetização, educação de pessoas adultas e com o aprendizado ao longo da vida, que terá lugar na Jamaica de 10 a 13 de agosto de 2001.

AGORA É O MOMENTO, PASSEMOS DAS PALAVRAS À AÇÃO, JÁ!

Damasco, Síria, setembro de 2000.

(Tradução do espanhol de Suzana Valansi)

¹ O Marco de Ação aprovado em Dakar foi publicado em encarte no boletim *Informação em Rede* n. 26, de maio de 2000.

É necessária a participação informada e efetiva de mulheres e homens em todas as esferas da vida para que a humanidade sobreviva e avance frente aos desafios que o futuro propõe.
(Declaração de Hamburgo, UNESCO, 1997)

Declaração do Conselho Internacional de Educação de Pessoas Adultas¹

Nós, representantes de 704 organizações não governamentais de educação de pessoas adultas, vemos com grande preocupação a falta de resultados concretos na provisão de acesso e de oportunidades para que as pessoas adultas, mulheres e homens, possam exercer seu direito de estudar. Mediante esta declaração, emitimos o seguinte

Chamado à Ação Pela Alfabetização e Educação de Pessoas Adultas

O Conselho Internacional de Educação de Pessoas Adultas (ICAE) e outros organismos têm enfatizado em todas as reuniões mundiais de cúpula da década passada que o ingrediente chave na conquista da democracia e do bem estar em qualquer lugar do mundo é a criatividade das cidadãs e dos cidadãos.

Enquanto reafirmamos a educação como um direito universal, sem discriminação ou limitações, nos consterna o fato que mulheres e homens dos grupos menos privilegiados e marginalizados ainda se encontrem lutando por oportunidades de acesso, igualdade e recursos adequados para sua alfabetização, educação básica e aprendizado ao longo da vida.

Quando avaliamos os resultados das reuniões mundiais de cúpula da virada do século², tanto em nível nacional como global, verificamos o reconhecimento universal da importância e necessidade do aprendizado de pessoas adultas.

É desanimador que a resposta, tanto no nível das políticas como das práticas, tenha ficado muito aquém das necessidades. Embora a alfabetização e a educação de pessoas adultas tenham sido reconhecidas como elementos críticos para todos os aspectos do desenvolvimento humano e social, na realidade continuam sendo inadequadas as oportunidades para que as pessoas adquiram a capacitação e o conhecimento para exercerem a cidadania ativa, desempenhar papéis econômicos produtivos e seguir suas metas pessoais de aprendizado.

Foi alcançado um consenso global para que:

■ Os recursos destinados à alfabetização e educação de pessoas adultas sejam incrementados, tal como foi recomendado pela Conferência de Hamburgo sobre Educação de Pessoas Adultas e pela Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social;

■ Várias declarações sobre educação para todos têm feito um apelo para que sejam apoiadas tanto a educação de crianças e jovens como a educação de pessoas adultas que desempenham um papel econômico, social e político ativo em suas comunidades. Foi feito um chamado para que se alcance a igualdade de gênero na educação primária e secundária até o ano de 2005 e uma alfabetização de todas as pessoas adultas até o ano de 2015;

■ A alfabetização e a educação de pessoas adultas são meios para a superação da pobreza e da exclusão, para que se estabeleça e reforce a democracia, alcance a justiça e a paz, aumente o bem estar econômico e social, melhore a saúde e assegure a alimentação. A educação de pessoas adultas contribui para a prevenção e eliminação das disparidades de gênero e de raça, bem como de outros problemas sociais tais como a violência contra as mulheres, as drogas, a destruição do meio ambiente, a epidemia da AIDS.

■ A efetiva implementação da alfabetização, da educação de pessoas adultas e do aprendizado ao longo da vida está sendo severamente obstaculizada por fatores tais como os conflitos étnicos, os deslocamentos forçados de população, a ocupação estrangeira, a falta de reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e os contínuos gastos militares.

¹ O ICAE – International Council for Adult Education – congrega redes continentais de organizações não governamentais dedicadas à educação de pessoas adultas. Tem sede em Toronto, no Canadá e publica a revista *Convergence*. E-mail icae@web.net, página www.web.net/icae.

² As reuniões de cúpula promovidas pelas Nações Unidas em 2000 foram: Dakar, no Senegal, em abril, para avaliação da década de educação para todos (Jomtien + 10); New York, EUA, em junho, para avaliação de meio termo dos compromissos relativos à promoção da mulher (Beijing + 5); em Genebra, na Suíça, em julho, de avaliação intermediária dos compromissos com o desenvolvimento social (Copenhague + 5).

Salvo algumas exceções, os planos de educação nacionais não têm incluído ou têm descuidado de maneira severa as políticas de educação de pessoas adultas, apesar dos compromissos assumidos pelos governos com as declarações acima citadas. Mesmo naqueles casos em que os marcos orientadores das políticas estão corretos, freqüentemente os mecanismos para sua implementação são falhos.

Apesar do compromisso de trabalho conjunto entre os governos, organizações não governamentais e outros grupos da sociedade civil para propósitos de formulação, implementação e avaliação de políticas, estas parcerias não têm se desenvolvido como era esperado. É importante que todos esses grupos reconheçam e respeitem os papéis, forças e contribuições de cada um, que sejam transparentes e também responsáveis frente aos demais e perante a sociedade.

Um chamado à mudança

Não podemos esperar até que a próxima geração tenha uma melhor educação inicial; a necessidade de uma participação criativa e informada é imediata. As incertezas e riscos com os quais os cidadãos devem se enfrentar na atualidade exigem, sem mais prorrogações, do apoio para uma participação criativa e maiores competências. Agora, e não em 2015, é quando mulheres e homens nas comunidades rurais e urbanas tentam e necessitam desesperadamente aumentar sua autonomia de ação. Temos conhecimento e experiência suficientes no mundo todo para demonstrar a efetividade do aprendizado de pessoas adultas, e podemos marcar uma diferença. Chegou a hora de fazer com que isto seja colocado a serviço de todas as pessoas.

Sem organizações não governamentais com vigor renovado e orientadas para as redes globais e regionais não se poderá implementar o direito à educação e também não se poderá satisfazer a demanda das pessoas adultas por reforçar sua capacidade de ação.

Fazemos um chamado aos Governos, às Agências Bilaterais e Multilaterais, às Organizações Não Governamentais e aos Cidadãos do Mundo Todo para:

- Estabelecer, reforçar e incrementar o financiamento, implementar políticas e uma legislação que apóie a alfabetização, a educação de pessoas adultas e o aprendizado ao longo da vida;

- Incluir organizações que trabalhem com alfabetização e educação de pessoas adultas nos grupos de trabalho nacionais, sub-regionais e regionais criados como mecanismos para o planejamento e implementação dos acordos de Dakar¹;

- Incluir a alfabetização, a educação de pessoas adultas e o aprendizado ao longo da vida com um complemento necessário para a educação de crianças e ado-

lescentes, financiada integralmente dentro dos planos nacionais de educação que estão sendo desenvolvidos pelos Grupos Nacionais de Trabalho para o ano 2001, tal como formulado nas recomendações de Dakar sobre Educação para Todos;

- Fortalecer os aportes de todas as agências das Nações Unidas (incluindo UNESCO, UNICEF, FAO, UNIFEM, Banco Mundial, UNEP, OIT, PNUD, OMS e UNAIDS) para a realização da alfabetização e a educação de pessoas adultas;

- Fortalecer as capacidades das organizações e redes existentes que estejam trabalhando em alfabetização, educação de pessoas adultas e no aprendizado ao longo da vida nos níveis local, nacional, sub-regional, regional e global;

- Aumentar a disseminação de informação, a colaboração e o trabalho em rede entre as várias iniciativas de defesa de direitos e políticas globais das organizações não governamentais;

- Apoiar o desenvolvimento da infra-estrutura de tecnologias de informação e aumentar o cuidado com o papel desempenhado pelos meios de comunicação,

- Pedir o apoio do Instituto para a Educação de Hamburgo, como estrutura das Nações Unidas para Educação de Pessoas Adultas, solicitando à UNESCO um mandato para que ele organize no ano de 2003 uma reunião de seguimento após seis anos da Conferência sobre Educação de Pessoas Adultas (CONFITEA V);

É desta maneira que, no Conselho de Educação de Pessoas Adultas, assumimos os seguintes compromissos:

- Iniciar um processo global efetivo de monitoramento dos compromissos relacionados com a alfabetização e a educação de pessoas adultas assumidos pelos governos;

- Empreender um estudo global sobre o “Estado da Arte” da educação de pessoas adultas;

- Promover a nível mundial as Semanas de Educação de Pessoas Adultas das Nações Unidas; e

- Convocar uma assembléia mundial focalizada na ação das organizações da sociedade civil que trabalhem com alfabetização, educação de pessoas adultas e com o aprendizado ao longo da vida, que terá lugar na Jamaica de 10 a 13 de agosto de 2001.

AGORA É O MOMENTO, PASSEMOS DAS PALAVRAS À AÇÃO, JÁ!

Damasco, Síria, setembro de 2000.

(Tradução do espanhol de Suzana Valansi)

¹ O Marco de Ação aprovado em Dakar foi publicado em encarte no boletim *Informação em Rede* n. 26, de maio de 2000.

É necessária a participação informada e efetiva de mulheres e homens em todas as esferas da vida para que a humanidade sobreviva e avance frente aos desafios que o futuro propõe.
(Declaração de Hamburgo, UNESCO, 1997)

Declaração do Conselho Internacional de Educação de Pessoas Adultas¹

Nós, representantes de 704 organizações não governamentais de educação de pessoas adultas, vemos com grande preocupação a falta de resultados concretos na provisão de acesso e de oportunidades para que as pessoas adultas, mulheres e homens, possam exercer seu direito de estudar. Mediante esta declaração, emitimos o seguinte

Chamado à Ação Pela Alfabetização e Educação de Pessoas Adultas

O Conselho Internacional de Educação de Pessoas Adultas (ICAE) e outros organismos têm enfatizado em todas as reuniões mundiais de cúpula da década passada que o ingrediente chave na conquista da democracia e do bem estar em qualquer lugar do mundo é a criatividade das cidadãos e dos cidadãos.

Enquanto reafirmamos a educação como um direito universal, sem discriminação ou limitações, nos consterna o fato que mulheres e homens dos grupos menos privilegiados e marginalizados ainda se encontrem lutando por oportunidades de acesso, igualdade e recursos adequados para sua alfabetização, educação básica e aprendizado ao longo da vida.

Quando avaliamos os resultados das reuniões mundiais de cúpula da virada do século², tanto em nível nacional como global, verificamos o reconhecimento universal da importância e necessidade do aprendizado de pessoas adultas.

É desanimador que a resposta, tanto no nível das políticas como das práticas, tenha ficado muito aquém das necessidades. Embora a alfabetização e a educação de pessoas adultas tenham sido reconhecidas como elementos críticos para todos os aspectos do desenvolvimento humano e social, na realidade continuam sendo inadequadas as oportunidades para que as pessoas adquiram a capacitação e o conhecimento para exercerem a cidadania ativa, desempenhar papéis econômicos produtivos e seguir suas metas pessoais de aprendizado.

Foi alcançado um consenso global para que:

■ Os recursos destinados à alfabetização e educação de pessoas adultas sejam incrementados, tal como foi recomendado pela Conferência de Hamburgo sobre Educação de Pessoas Adultas e pela Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social;

■ Várias declarações sobre educação para todos têm feito um apelo para que sejam apoiadas tanto a educação de crianças e jovens como a educação de pessoas adultas que desempenham um papel econômico, social e político ativo em suas comunidades. Foi feito um chamado para que se alcance a igualdade de gênero na educação primária e secundária até o ano de 2005 e uma alfabetização de todas as pessoas adultas até o ano de 2015;

■ A alfabetização e a educação de pessoas adultas são meios para a superação da pobreza e da exclusão, para que se estabeleça e reforce a democracia, alcance a justiça e a paz, aumente o bem estar econômico e social, melhore a saúde e assegure a alimentação. A educação de pessoas adultas contribui para a prevenção e eliminação das disparidades de gênero e de raça, bem como de outros problemas sociais tais como a violência contra as mulheres, as drogas, a destruição do meio ambiente, a epidemia da AIDS.

■ A efetiva implementação da alfabetização, da educação de pessoas adultas e do aprendizado ao longo da vida está sendo severamente obstaculizada por fatores tais como os conflitos étnicos, os deslocamentos forçados de população, a ocupação estrangeira, a falta de reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e os contínuos gastos militares.

¹ O IC AE – International Council for Adult Education - congrega redes continentais de organizações não governamentais dedicadas à educação de pessoas adultas. Tem sede em Toronto, no Canadá e publica a revista Convergence. E-mail icae@web.net, página www.web.net/icae.

² As reuniões de cúpula promovidas pelas Nações Unidas em 2000 foram: Dakar, no Senegal, em abril, para avaliação da década de educação para todos (Jomtien + 10); New York, EUA, em junho, para avaliação de meio termo dos compromissos relativos à promoção da mulher (Beijing + 5); em Genebra, na Suíça, em julho, de avaliação intermediária dos compromissos com o desenvolvimento social (Copenhague + 5).

Salvo algumas exceções, os planos de educação nacionais não têm incluído ou têm descuidado de maneira severa as políticas de educação de pessoas adultas, apesar dos compromissos assumidos pelos governos com as declarações acima citadas. Mesmo naqueles casos em que os marcos orientadores das políticas estão corretos, freqüentemente os mecanismos para sua implementação são falhos.

Apesar do compromisso de trabalho conjunto entre os governos, organizações não governamentais e outros grupos da sociedade civil para propósitos de formulação, implementação e avaliação de políticas, estas parcerias não têm se desenvolvido como era esperado. É importante que todos esses grupos reconheçam e respeitem os papéis, forças e contribuições de cada um, que sejam transparentes e também responsáveis frente aos demais e perante a sociedade.

Um chamado à mudança

Não podemos esperar até que a próxima geração tenha uma melhor educação inicial; a necessidade de uma participação criativa e informada é imediata. As incertezas e riscos com os quais os cidadãos devem se enfrentar na atualidade exigem, sem mais prorrogações, do apoio para uma participação criativa e maiores competências. Agora, e não em 2015, é quando mulheres e homens nas comunidades rurais e urbanas tentam e necessitam desesperadamente aumentar sua autonomia de ação. Temos conhecimento e experiência suficientes no mundo todo para demonstrar a efetividade do aprendizado de pessoas adultas, e podemos marcar uma diferença. Chegou a hora de fazer com que isto seja colocado a serviço de todas as pessoas.

Sem organizações não governamentais com vigor renovado e orientadas para as redes globais e regionais não se poderá implementar o direito à educação e também não se poderá satisfazer a demanda das pessoas adultas por reforçar sua capacidade de ação.

Fazemos um chamado aos Governos, às Agências Bilaterais e Multilaterais, às Organizações Não Governamentais e aos Cidadãos do Mundo Todo para:

- Estabelecer, reforçar e incrementar o financiamento, implementar políticas e uma legislação que apóie a alfabetização, a educação de pessoas adultas e o aprendizado ao longo da vida;
- Incluir organizações que trabalhem com alfabetização e educação de pessoas adultas nos grupos de trabalho nacionais, sub-regionais e regionais criados como mecanismos para o planejamento e implementação dos acordos de Dakar¹;
- Incluir a alfabetização, a educação de pessoas adultas e o aprendizado ao longo da vida com um complemento necessário para a educação de crianças e ado-

lescentes, financiada integralmente dentro dos planos nacionais de educação que estão sendo desenvolvidos pelos Grupos Nacionais de Trabalho para o ano 2001, tal como formulado nas recomendações de Dakar sobre Educação para Todos;

- Fortalecer os aportes de todas as agências das Nações Unidas (incluindo UNESCO, UNICEF, FAO, UNIFEM, Banco Mundial, UNEP, OIT, PNUD, OMS e UNAIDS) para a realização da alfabetização e a educação de pessoas adultas;

- Fortalecer as capacidades das organizações e redes existentes que estejam trabalhando em alfabetização, educação de pessoas adultas e no aprendizado ao longo da vida nos níveis local, nacional, sub-regional, regional e global;

- Aumentar a disseminação de informação, a colaboração e o trabalho em rede entre as várias iniciativas de defesa de direitos e políticas globais das organizações não governamentais;

- Apoiar o desenvolvimento da infra-estrutura de tecnologias de informação e aumentar o cuidado com o papel desempenhado pelos meios de comunicação,

- Pedir o apoio do Instituto para a Educação de Hamburgo, como estrutura das Nações Unidas para Educação de Pessoas Adultas, solicitando à UNESCO um mandato para que ele organize no ano de 2003 uma reunião de seguimento após seis anos da Conferência sobre Educação de Pessoas Adultas (CONFITEA V);

É desta maneira que, no Conselho de Educação de Pessoas Adultas, assumimos os seguintes compromissos:

- Iniciar um processo global efetivo de monitoramento dos compromissos relacionados com a alfabetização e a educação de pessoas adultas assumidos pelos governos;

- Empreender um estudo global sobre o “Estado da Arte” da educação de pessoas adultas;

- Promover a nível mundial as Semanas de Educação de Pessoas Adultas das Nações Unidas; e

- Convocar uma assembléia mundial focalizada na ação das organizações da sociedade civil que trabalhem com alfabetização, educação de pessoas adultas e com o aprendizado ao longo da vida, que terá lugar na Jamaica de 10 a 13 de agosto de 2001.

AGORA É O MOMENTO, PASSEMOS DAS PALAVRAS À AÇÃO, JÁ!

Damasco, Síria, setembro de 2000.

(Tradução do espanhol de Suzana Valansi)

¹ O Marco de Ação aprovado em Dakar foi publicado em encarte no boletim *Informação em Rede* n. 26, de maio de 2000.

informação

São Paulo, maio de 2003 Ano VII Nº55

em rede

Este boletim é publicação mensal da **Ação Educativa** - Assessoria, Pesquisa e Informação

Programas de incentivo à leitura chegam aos jovens e adultos

A XI Bienal do Livro do Rio de Janeiro, realizada entre 15 e 25 de maio, trouxe surpresas ao campo da promoção da leitura para jovens e adultos. No estande do Ministério da Educação, foram lançadas três obras da literatura nacional, simplificadas para que contêmham cerca de 300 vocábulos: *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, *Garibaldi e*

Manuela: uma História de Amor, de Josué Guimarães e *Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães. A coleção, batizada como *É Só o Começo*, foi publicada pela Editora LP&M para o Programa Brasil Alfabetizado, com apoio da Unesco. Serão distribuídos 3 mil livros de cada título aos adultos recém alfabetizados. Durante a Bienal, o Ministro Cristóvam Buarque assinou portaria criando uma comissão que selecionará as obras a serem editadas para os

novos alfabetizados, e que será presidida por João Luiz Homem de Carvalho, titular da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA). Os demais integrantes são Emilton Roque, da Universidade de São Paulo; Laura Sandroni, da Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil; Lucília Marques, da Universidade de Brasília; Maria Antonieta Antunes

Cunha, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Luiz Augusto Fisher, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Lígia Magalhães, tradutora e pesquisadora de literatura juvenil; Maria Valéria Vasconcelos Resende, pesquisadora e alfabetizadora de jovens e adultos, e Marli Amarília,

livro na cesta básica), *Meu Primeiro Livro* (doação de um livro a criança proveniente de família de baixa renda por ocasião de seu nascimento).

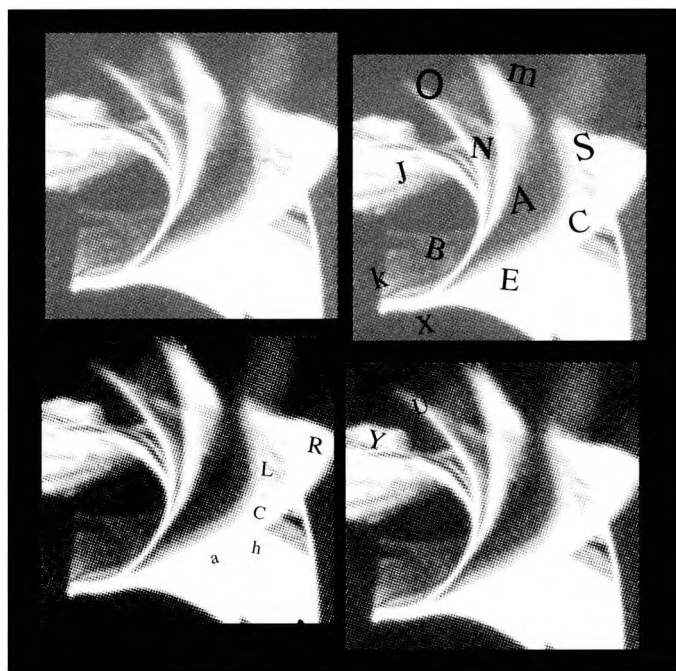
É Só o Começo gera polêmica

A iniciativa de adaptação de clássicos da literatura gerou polêmica entre pesquisadores que atuam no campo da leitura e da educação de jovens e

adultos. Em carta enviada ao Ministro Cristóvam Buarque e assinada por diversas universidades, associações e fóruns, argumenta-se que a tese do desenvolvimento cumulativo da leitura e da escrita não se sustenta, e que a dificuldade vocabular não é o problema da aprendizagem da leitura.

"A simplificação de obras literárias as destitui de sua essência", afirma Cláudia Lemos Vóvio, da Ação Educativa. Para ela, é como "retalhar uma obra de arte: perde-se a estrutura

de argumentação do autor, o senso estético, e obtém-se um texto empobrecido". Para fazer com que a leitura ganhe sentido na vida e na educação dos sujeitos, o documento recomenda a publicação de textos de gêneros variados, em diversos suportes (livro, revista, jornal) e próprios de diversas esferas sociais. Além de estimular os educandos para a aquisição de autonomia na leitura,



(Continua na página 2)

A articulação necessária

No mês de maio a imprensa concedeu espaço incomum às estratégias de ação governamental na área social, repercutindo um debate até então restrito aos meios acadêmicos sobre focalização *versus* universalização das políticas públicas. Em tempos de recursos escassos e demandas sociais crescentes, é compreensível que o grau de cobertura das políticas governamentais seja motivo de polêmica. Quando se fala em abordagem intersetorial das políticas sociais, entretanto, existe um amplo consenso: todos estão de acordo que, em contextos de pobreza, intervenções unidimensionais são pouco eficazes. A experiência demonstra que medidas isoladas nos campos da saúde, educação, nutrição, moradia, trabalho ou renda têm pouca chance de impactar decisivamente as condições de vida das famílias e comunidades. É preciso, portanto, superar a fragmentação da ação governamental, articulando de modo intersetorial as diferentes políticas sociais. A abordagem intersetorial das políticas públicas supõe que exista uma integração interna a cada âmbito de ação social, mas nem sempre isso acontece. Alguns dos episódios recentes envolvendo a política de promoção da leitura são exemplos de desarticulação intra-setorial. O Ministério da Educação acerta em cheio ao democratizar o acesso ao livro e consultar especialistas para estabelecer critérios públicos tecnicamente fundamentados para a seleção das obras a serem difundidas. Mas ao designar duas diferentes comissões para estabelecer diretrizes para a política de leitura, as Secretarias de Educação Fundamental (SEF) e de Erradicação do Analfabetismo (SEEA) passaram ao largo do princípio da economicidade, correndo o risco de duplicar esforços e tomar decisões contraditórias.

esses materiais podem ser usados pelos educadores nos processos de aprendizagem com os alunos. As instituições que assinam a carta sugerem a realização de um encontro com o Ministro para o debate do tema.

Palavra da gente traz boas perspectivas

Uma boa notícia: a partir de 2003 os jovens e adultos matriculados na 4ª ou 8ª série do ensino fundamental (ou em termos, etapas ou módulos correspondentes) em cursos presenciais e com avaliação no processo de escolas públicas receberão coleções de obras de literatura e de informação. O Diário Oficial da União de 14 de abril publicou a Resolução que estende aos jovens e adultos o projeto *Literatura em minha casa* do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que já vinha distribuindo literatura para crianças e adolescentes desde 2001. A novidade é a ampliação da distribuição para concluintes do ensino fundamental e para jovens e adultos. Para os educandos jovens e adultos, o projeto, que ganhou o nome *Palavra da gente*, distribuirá uma coleção para cada aluno e quatro coleções para cada uma das escolas públicas que ofereçam essa modalidade de ensino e que estejam cadastradas no último Censo Escolar. As coleções serão compostas de um ensaio ou reportagem sobre um aspecto da realidade brasileira, uma antologia de crônicas e contos brasileiros, uma obra ou antologia de textos de tradição popular brasileira em prosa ou verso, uma antologia poética brasileira, uma peça teatral brasileira ou estrangeira, e uma biografia ou relato de viagens. Organizações não governamentais foram convidadas a compor a comissão técnica responsável pela seleção dos livros, formada por professores universitários, pesquisadores e representantes da Undime e do Consed. A comissão, coordenada pela Secretaria de Educação Fundamental (SEF) do MEC, é responsável por definir os critérios

de avaliação e seleção das coleções inscritas em concorrência pública, além de supervisionar e avaliar o processo. O processo de licitação, avaliação, seleção e compra dos livros acontece ainda em 2003, e as coleções serão distribuídas entre outubro e novembro, para que os materiais estejam em poder dos alunos e das escolas já em 2004. O MEC pretende retomar, para 2004, mediante previsão orçamentária, a distribuição de livros para atualização e equipamento das bibliotecas escolares.

Secretaria elabora guia de alfabetização

No estande do MEC na XI Bienal foi lançado o livro *Alfabetização: Práticas e Reflexões; Subsídios para o alfabetizador*, que apresenta alguns métodos de alfabetização de adultos. Elaborado pela SEEA em parceria com o Decanato de Extensão da Universidade de Brasília e com a Unesco, o livro oferece referências a educadores envolvidos em processos de alfabetização de adultos. A obra foi organizada por Dóris Santos de Faria, professora do Departamento de Ecologia e Pró Reitora de Extensão da Universidade de Brasília (UNB), que assina a introdução com Selma Leite, Pró Reitora de Graduação da Universidade Federal do Pará. A coletânea reúne oito artigos de Liana Borges (ex coordenadora do Mova gaúcho), Itamar Diogo dos Santos (coordenador do Alfabetização Solidária na Universidade Católica de Brasília), Vilma Reche Corrêa, Renato Hilário dos Reis e Silvine Barbato (todos da UNB), Esther Grossi (Gempa), Francisco Secundino (Secretário Municipal de Canindé, Ceará) e Guilhermina Corrêa (Letras da Universidade Federal do Pará). O livro traz ainda uma listagem de entidades e grupos que trabalham com alfabetização, organizada por Unidade da Federação. Pedidos pelo e-mail brasilalfabetizado@mec.gov.br ou fone (61) 410-9602, ou 9607, ou 9672.

Avançam preparativos para o V ENEJA

Diretrizes para o V Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, que será realizado de 3 a 5 de setembro em Cuiabá (MT), foram estabelecidas no início de maio em reunião dos promotores, que contou com representantes da Unesco, dos Ministérios da Educação e do Trabalho, do Conselho de Secretários de Educação dos Estados, do Serviço Social da Indústria, da Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil, da Comissão Nacional de Fóruns e do Fórum Permanente de Educação de Jovens e Adultos do Mato Grosso.

Os representantes da União dos Dirigentes Municipais de Educação e o Ministério do Desenvolvimento Agrário não puderam comparecer à reunião, mas comprometeram-se a apoiar o V ENEJA.

Poderão inscrever-se 20 delegados eleitos pelos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos dos Estados, representando educandos, educadores, secretarias estaduais e municipais de educação, universidades, organizações não governamentais.

movimentos, sindicatos e Sistema S. Os Estados que ainda não constituíram Fóruns poderão inscrever seis representantes indicados pelos diferentes segmentos. As vagas remanescentes serão distribuídas pela Comissão Local a educadores e educandos das redes públicas, universidades ou outras organizações do Mato Grosso.

Os organizadores esperam que o Encontro ajude a consolidar a prioridade conferida pelo governo federal à alfabetização de jovens e adultos e impulse a ampliação de oportunidades de continuidade de estudos. Para isso, serão convidadas autoridades federais e a programação colocará em discussão a Década da Alfabetização, a inserção da educação de jovens e adultos e nos planos estaduais e municipais e no financiamento da educação básica. Está em debate a idéia de elaboração de uma "Carta de Cuiabá" que, dentre outras propostas, demande a reconstituição da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Outro objetivo do V ENEJA

é projetar publicamente os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos, favorecendo sua constituição naqueles estados onde ainda não existem.

A programação preliminar do encontro prevê um painel inaugural sobre a *Década da Alfabetização* e três mesas redondas sobre *Políticas públicas de educação de jovens e adultos e prioridades educacionais do Governo Lula*, *A EJA nos Planos Estaduais e Municipais de Educação: divisão de responsabilidades e financiamento* e *O mundo do trabalho e a educação de jovens e adultos*.

A troca de experiências será realizada em grupos de interesse em torno aos temas da educação do campo, educação inclusiva, currículo, formação de professores e tecnologia.

Antes da plenária final, haverá encontros setoriais e reuniões regionais dos fóruns para debater políticas públicas e organização nacional.

As inscrições para o V ENEJA serão abertas em meados de junho.

O e-mail cee.mt@pop.com.br permite entrar em contato com o Fórum do Mato Grosso, que organiza localmente o evento.

Agenda dos Fóruns

O 36º Fórum **Mineiro** reúne-se em 30 de maio em Belo Horizonte para discutir a "Educação de Jovens e Adultos presente nos diversos espaços" e o V ENEJA.

Contato: forum.mineiroeja@uemg.br ou fone (31) 3274-2734.

O Fórum da **Paraíba** vai realizar o seu XVI Encontro no Centro de Tecnologia Educacional em Campina Grande, no dia 30 de maio. Será debatido o posicionamento do Fórum sobre as políticas de educação de jovens e adultos do Estado e do Município de João Pessoa apresentadas na reunião anterior.

O Fórum do **Rio de Janeiro** reúne-se em 16 de junho tendo por convidada Maria José Feres, Secretária de Educação Fundamental do MEC, que abordará o tema "Consolidando o direito ao Ensino Fundamental de jovens e adultos: a continuidade de estudos depois da alfabetização".

Contato: forumeja@uerj.com.br ou fone (21) 2587-7469.

O Fórum do **Rio Grande do Sul** participou de reunião da UNDIME e mobilizou Secretários de Educação para a implantação de Fóruns Regionais de Educação de Jovens e Adultos nos municípios.

Está agendado para 27 de junho o Encontro Estadual, que discutirá políticas públicas, acompanhando as discussões programadas para o V ENEJA.

Contato: lordeir@sesirs.org.br ou fone 0800-51 8555.

O Fórum do **São Paulo**, que em 17 de abril debateu o Programa Brasil Alfabetizado com representante do MEC, elegerá delegados ao V ENEJA em Encontro Estadual previsto para 9 a 11 de julho em Ribeirão Preto.

Contato: cecir@sedes.org.br ou fone (11) 3866-2753.

Trocando lições - e leituras - em Ribeirão Preto

○ Em 1991 o município de Ribeirão Preto, no Nordeste do Estado de São Paulo, tinha um índice de analfabetismo adulto de 7% e 16% de pessoas com menos de quatro anos de estudos; em 2000 esses índices haviam caído para 4% e 10%, respectivamente.

O progresso se deve, em grande parte, ao Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos denominado *Trocando Lições*, implantado em 1993 e que já atendeu mais de dez mil alunos maiores de 14 anos no primeiro segmento do Ensino Fundamental. O projeto tem por objetivos garantir que os educandos apreendam e façam uso efetivo da língua escrita e dos

conhecimentos matemáticos, promover sua autonomia, qualificar sua inserção social, possibilitando o reconhecimento e valorização da diversidade cultural. Resgatando e valorizando o conhecimento prático do cotidiano dos educandos, aumentando sua auto-estima e confiança na aprendizagem, o programa trabalha com temas e textos significativos para os alunos, de forma a contextualizar os conteúdos escolares. Para tanto, a Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto organizou duas coletâneas de literatura - *Em Verso e Prosa* e *Dois dedos de prosa...* - contendo crônicas, contos, poesias e músicas. Os volumes

subsidiaram o trabalho dos educadores e ajudam a promover a discussão dos três temas geradores em torno dos quais se organiza o currículo (condições de vida, trabalho e cidadania). Oferecem uma diversidade de modalidades textuais, proporcionando aos educandos oportunidades de leitura de textos com temáticas significativas e acesso a originais de autores renomados e representativos.

Contato:

Secretaria Municipal de Educação
Pça. Alto de São Bento 11 Jd. Mosteiro
14085-459 - Ribeirão Preto - SP
Fone: (16) 3977-9128
E-mail: aja.secedu@ribeiraopreto.sp.gov.br

Anote

3 a 25 de junho se realiza na Ação Educativa, São Paulo, o módulo III do curso "Arte-educação", com Roseli Machado e Carlos Moraes. Inscrições por R\$ 60,00 pelo e-mail centro@acaoeducativa.org ou fone (11) 3151-2333 ramal 165.

6 de junho encerram-se as inscrições de trabalhos para o 3º Encontro Nacional dos MOVAs, que se realizará em Goiânia entre 10 e 12 de agosto. As inscrições para participantes encerram-se em 30 de junho. Informações pelo e-mail mova_gyn2003@yahoo.com.br ou fones (62) 209-6221 (pela tarde) e 524-8923.

7 a 14 de junho acontece na Ação Educativa, em São Paulo, a oficina "África Negra", com Maurício

Waldman, que abordará história e geografia do continente, dentre outros temas. Inscrições a R\$ 20,00 pelo e-mail centro@acaoeducativa.org ou fone (11) 3151-2333 ramal 165.

13 de junho encerram-se as inscrições para trabalhos no 14º Congresso de Leitura do Brasil, que se realizará de 22 a 25 de julho, em Campinas (SP). Informações no site www.alb.com.br, pelo e-mail cole.alb@uol.com.br ou fone (19) 3289-4166.

18 a 21 de junho acontece no SESC Santos o Congresso Educação para Cidadania. Informações pelo site www.sescsp.org.br/sesc ou fone (13) 3227-5959.

25 de junho se realiza em Ação Educativa, São Paulo, o painel

"O que é partir da realidade do aluno?", com Cláudia Lemos Vóvio e Elie Ghanen. Inscrições gratuitas pelo e-mail centro@acaoeducativa.org ou (11) 3151-2333 ramal 165.

27 de junho encerram-se as inscrições de trabalhos para o 2º Seminário Internacional de Educação "Construindo a Escola Viva", que acontecerá dias 20 e 21 de julho, em Campinas (SP). Informações www.pmc.sp.gov.br/smenet ou pelo e-mail luciana.rodrigues@campinas.sp.gov.br.

28 de junho acontece na Ação Educativa, em São Paulo, Ana Lúcia Silva Souza coordena a oficina sobre diagnóstico de necessidades básicas de aprendizagem dos educandos. Informações centro@acaoeducativa.org ou (11) 3151-2333 ramal 165.

Leia

Alunos do Projeto Redigir são autores do livro *Democracia para todos*. Direcionado a alunos de escolas públicas, o Projeto é organizado por estudantes de Jornalismo da USP e visa trabalhar a linguagem para promover a cidadania. A publicação foi distribuída a bibliotecas municipais, centros culturais e bibliotecas da USP. Contato: e-mail leosaka@hotmail.com, fone (11) 9713-9700.

A Articulação Nacional por uma Educação do Campo lançou o volume 4 de sua coleção. Organizado por Edgar Kolling, Paulo Cerioli, e Roseli Caldari, *Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas* resulta de Seminário realizado em fins de 2002. Traz o documento aprovado pelos participantes e entregue ao governo, ao lado de outros textos sobre as diretrizes para a educação do campo. Pedidos: educacaobsb@terra.com.br, fone (61) 322-5035.

Este boletim é publicação mensal da
Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa
e Informação.

Apoio: ICCO (Holanda)
EED (Alemanha)
Edição de texto: Maria Clara Di Pierro
Carina Lucindo
Projeto gráfico: SM&A Design
Tiragem: 3 500 exemplares



Ação Educativa

Rua General Jardim, 660
01223-010 São Paulo SP Brasil
T e F: 11 3151 2333
acaoeduca@acaoeducativa.org
www.acaoeducativa.org

informação

São Paulo, maio de 2003 Ano VII N°55

em rede

Este boletim é publicação mensal da **Ação Educativa** - Assessoria, Pesquisa e Informação

Programas de incentivo à leitura chegam aos jovens e adultos

A XI Bienal do Livro do Rio de Janeiro, realizada entre 15 e 25 de maio, trouxe surpresas ao campo da promoção da leitura para jovens e adultos.

No estande do Ministério da Educação, foram lançadas três obras da literatura nacional, simplificadas para que contenham cerca de 300 vocábulos: *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, *Garibaldi e*

Manuela: uma História de Amor, de Josué Guimarães e *Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães.

A coleção, batizada como *É Só o Começo*, foi publicada pela Editora LP&M para o Programa Brasil Alfabetizado, com apoio da Unesco. Serão distribuídos 3 mil livros de cada título aos adultos recém alfabetizados.

Durante a Bienal, o Ministro Cristóvam Buarque assinou portaria criando uma comissão que selecionará as obras a serem editadas para os

novos alfabetizados, e que será presidida por João Luiz Homem de Carvalho, titular da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA). Os demais integrantes são Emilton Roque, da Universidade de São Paulo; Laura Sandroni, da Fundação Nacional do Livro Infanto-Juvenil; Lucília Marques, da Universidade de Brasília; Maria Antonieta Antunes

Cunha, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Luiz Augusto Fisher, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Lígia Magalhães, tradutora e pesquisadora de literatura juvenil; Maria Valéria Vasconcelos Resende, pesquisadora e alfabetizadora de jovens e adultos, e Marli Amarília,

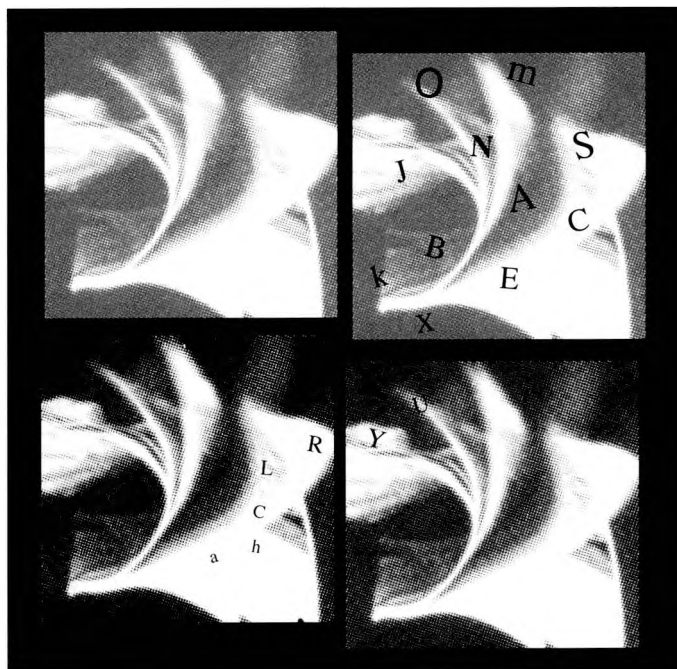
livro na cesta básica), *Meu Primeiro Livro* (doação de um livro a criança proveniente de família de baixa renda por ocasião de seu nascimento).

É Só o Começo gera polêmica

A iniciativa de adaptação de clássicos da literatura gerou polêmica entre pesquisadores que atuam no campo da leitura e da educação de jovens e

adultos. Em carta enviada ao Ministro Cristóvam Buarque e assinada por diversas universidades, associações e fóruns, argumenta-se que a tese do desenvolvimento cumulativo da leitura e da escrita não se sustenta, e que a dificuldade vocabular não é o problema da aprendizagem da leitura.

"A simplificação de obras literárias as destitui de sua essência", afirma Cláudia Lemos Vóvio, da Ação Educativa. Para ela, é como "retalhar uma obra de arte: perde-se a estrutura



da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Outras ações planejadas pelo Programa Brasil Alfabetizado para o âmbito do que a SEEA denomina *Leituração* são a *Mala do Livro* (bibliotecas itinerantes), *Agentes de Leitura* (distribuição de livros por carteiros e agentes de saúde), *Cesta Ilustrada* (inclusão de um

de argumentação do autor, o senso estético, e obtém-se um texto empobrecido". Para fazer com que a leitura ganhe sentido na vida e na educação dos sujeitos, o documento recomenda a publicação de textos de gêneros variados, em diversos suportes (livro, revista, jornal) e próprios de diversas esferas sociais. Além de estimular os educandos para a aquisição de autonomia na leitura,

(Continua na página 2)

A articulação necessária

No mês de maio a imprensa concedeu espaço incomum às estratégias de ação governamental na área social, repercutindo um debate até então restrito aos meios acadêmicos sobre focalização *versus* universalização das políticas públicas. Em tempos de recursos escassos e demandas sociais crescentes, é compreensível que o grau de cobertura das políticas governamentais seja motivo de polêmica. Quando se fala em abordagem intersetorial das políticas sociais, entretanto, existe um amplo consenso: todos estão de acordo que, em contextos de pobreza, intervenções unidimensionais são pouco eficazes. A experiência demonstra que medidas isoladas nos campos da saúde, educação, nutrição, moradia, trabalho ou renda têm pouca chance de impactar decisivamente as condições de vida das famílias e comunidades. É preciso, portanto, superar a fragmentação da ação governamental, articulando de modo intersetorial as diferentes políticas sociais. A abordagem intersetorial das políticas públicas supõe que exista uma integração interna a cada âmbito de ação social, mas nem sempre isso acontece. Alguns dos episódios recentes envolvendo a política de promoção da leitura são exemplos de desarticulação intra-setorial. O Ministério da Educação acerta em cheio ao democratizar o acesso ao livro e consultar especialistas para estabelecer critérios públicos tecnicamente fundamentados para a seleção das obras a serem difundidas. Mas ao designar duas diferentes comissões para estabelecer diretrizes para a política de leitura, as Secretarias de Educação Fundamental (SEF) e de Erradicação do Analfabetismo (SEEA) passaram ao largo do princípio da economicidade, correndo o risco de duplicar esforços e tomar decisões contraditórias.

esses materiais podem ser usados pelos educadores nos processos de aprendizagem com os alunos. As instituições que assinam a carta sugerem a realização de um encontro com o Ministro para o debate do tema.

Palavra da gente traz boas perspectivas

Uma boa notícia: a partir de 2003 os jovens e adultos matriculados na 4ª ou 8ª série do ensino fundamental (ou em termos, etapas ou módulos correspondentes) em cursos presenciais e com avaliação no processo de escolas públicas receberão coleções de obras de literatura e de informação. O Diário Oficial da União de 14 de abril publicou a Resolução que estende aos jovens e adultos o projeto *Literatura em minha casa* do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que já vinha distribuindo literatura para crianças e adolescentes desde 2001. A novidade é a ampliação da distribuição para concluintes do ensino fundamental e para jovens e adultos. Para os educandos jovens e adultos, o projeto, que ganhou o nome *Palavra da gente*, distribuirá uma coleção para cada aluno e quatro coleções para cada uma das escolas públicas que ofereçam essa modalidade de ensino e que estejam cadastradas no último Censo Escolar. As coleções serão compostas de um ensaio ou reportagem sobre um aspecto da realidade brasileira, uma antologia de crônicas e contos brasileiros, uma obra ou antologia de textos de tradição popular brasileira em prosa ou verso, uma antologia poética brasileira, uma peça teatral brasileira ou estrangeira, e uma biografia ou relato de viagens. Organizações não governamentais foram convidadas a compor a comissão técnica responsável pela seleção dos livros, formada por professores universitários, pesquisadores e representantes da Undime e do Consed. A comissão, coordenada pela Secretaria de Educação Fundamental (SEF) do MEC, é responsável por definir os critérios

de avaliação e seleção das coleções inscritas em concorrência pública, além de supervisionar e avaliar o processo. O processo de licitação, avaliação, seleção e compra dos livros acontece ainda em 2003, e as coleções serão distribuídas entre outubro e novembro, para que os materiais estejam em poder dos alunos e das escolas já em 2004. O MEC pretende retomar, para 2004, mediante previsão orçamentária, a distribuição de livros para atualização e equipamento das bibliotecas escolares.

Secretaria elabora guia de alfabetização

No estande do MEC na XI Bienal foi lançado o livro *Alfabetização: Práticas e Reflexões; Subsídios para o alfabetizador*, que apresenta alguns métodos de alfabetização de adultos. Elaborado pela SEEA em parceria com o Decanato de Extensão da Universidade de Brasília e com a Unesco, o livro oferece referências a educadores envolvidos em processos de alfabetização de adultos. A obra foi organizada por Dóris Santos de Faria, professora do Departamento de Ecologia e Pró Reitora de Extensão da Universidade de Brasília (UNB), que assina a introdução com Selma Leite, Pró Reitora de Graduação da Universidade Federal do Pará. A coletânea reúne oito artigos de Liana Borges (ex coordenadora do Mova gaúcho), Itamar Diogo dos Santos (coordenador do Alfabetização Solidária na Universidade Católica de Brasília), Vilma Reche Corrêa, Renato Hilário dos Reis e Silvine Barbato (todos da UNB), Esther Grossi (Gempa), Francisco Secundino (Secretário Municipal de Canindé, Ceará) e Guilhermina Corrêa (Letras da Universidade Federal do Pará). O livro traz ainda uma listagem de entidades e grupos que trabalham com alfabetização, organizada por Unidade da Federação. Pedidos pelo e-mail brasilalfabetizado@mec.gov.br ou fone (61) 410 - 9602, ou 9607, ou 9672.

Avançam preparativos para o V ENEJA

Diretrizes para o V Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, que será realizado de 3 a 5 de setembro em Cuiabá (MT), foram estabelecidas no início de maio em reunião dos promotores, que contou com representantes da Unesco, dos Ministérios da Educação e do Trabalho, do Conselho de Secretários de Educação dos Estados, do Serviço Social da Indústria, da Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil, da Comissão Nacional de Fóruns e do Fórum Permanente de Educação de Jovens e Adultos do Mato Grosso.

Os representantes da União dos Dirigentes Municipais de Educação e o Ministério do Desenvolvimento Agrário não puderam comparecer à reunião, mas comprometeram-se a apoiar o V ENEJA.

Poderão inscrever-se 20 delegados eleitos pelos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos dos Estados, representando educandos, educadores, secretarias estaduais e municipais de educação, universidades, organizações não governamentais.

movimentos, sindicatos e Sistema S. Os Estados que ainda não constituíram Fóruns poderão inscrever seis representantes indicados pelos diferentes segmentos. As vagas remanescentes serão distribuídas pela Comissão Local a educadores e educandos das redes públicas, universidades ou outras organizações do Mato Grosso.

Os organizadores esperam que o Encontro ajude a consolidar a prioridade conferida pelo governo federal à alfabetização de jovens e adultos e impulse a ampliação de oportunidades de continuidade de estudos. Para isso, serão convidadas autoridades federais e a programação colocará em discussão a Década da Alfabetização, a inserção da educação de jovens e adultos e nos planos estaduais e municipais e no financiamento da educação básica. Está em debate a ideia de elaboração de uma "Carta de Cuiabá" que, dentre outras propostas, demande a reconstituição da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Outro objetivo do V ENEJA

é projetar publicamente os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos, favorecendo sua constituição naqueles estados onde ainda não existem.

A programação preliminar do encontro prevê um painel inaugural sobre a *Década da Alfabetização* e três mesas redondas sobre *Políticas públicas de educação de jovens e adultos e prioridades educacionais do Governo Lula*, *A EJA nos Planos Estaduais e Municipais de Educação: divisão de responsabilidades e financiamento* e *O mundo do trabalho e a educação de jovens e adultos*.

A troca de experiências será realizada em grupos de interesse em torno aos temas da educação do campo, educação inclusiva, currículo, formação de professores e tecnologia.

Antes da plenária final, haverá encontros setoriais e reuniões regionais dos fóruns para debater políticas públicas e organização nacional.

As inscrições para o V ENEJA serão abertas em meados de junho.

O e-mail cee.mt@pop.com.br permite entrar em contato com o Fórum do Mato Grosso, que organiza localmente o evento.

Agenda dos Fóruns

O 36º Fórum **Mineiro** reúne-se em 30 de maio em Belo Horizonte para discutir a "Educação de Jovens e Adultos presente nos diversos espaços" e o V ENEJA.

Contato: forum.mineiroeja@uemg.br ou fone (31) 3274-2734.

O Fórum da **Paraíba** vai realizar o seu XVI Encontro no Centro de Tecnologia Educacional em Campina Grande, no dia 30 de maio. Será debatido o posicionamento do Fórum sobre as políticas de educação de jovens e adultos do Estado e do Município de João Pessoa apresentadas na reunião anterior.

O Fórum do **Rio de Janeiro** reúne-se em 16 de junho tendo por convidada Maria José Feres, Secretária de Educação Fundamental do MEC, que abordará o tema "Consolidando o direito ao Ensino Fundamental de jovens e adultos: a continuidade de estudos depois da alfabetização".

Contato: forumeja@uerj.com.br ou fone (21) 2587-7469.

O Fórum do **Rio Grande do Sul** participou de reunião da UNDIME e mobilizou Secretários de Educação para a implantação de Fóruns Regionais de Educação de Jovens e Adultos nos municípios.

Está agendado para 27 de junho o Encontro Estadual, que discutirá políticas públicas, acompanhando as discussões programadas para o V ENEJA.

Contato: lordeir@sesirs.org.br ou fone 0800-518555.

O Fórum do **São Paulo**, que em 17 de abril debateu o Programa Brasil Alfabetizado com representante do MEC, elegerá delegados ao V ENEJA em Encontro Estadual previsto para 9 a 11 de julho em Ribeirão Preto.

Contato: cecir@sedes.org.br ou fone (11) 3866-2753.

Trocando lições - e leituras - em Ribeirão Preto

○ Em 1991 o município de Ribeirão Preto, no Nordeste do Estado de São Paulo, tinha um índice de analfabetismo adulto de 7% e 16% de pessoas com menos de quatro anos de estudos; em 2000 esses índices haviam caído para 4% e 10%, respectivamente.

O progresso se deve, em grande parte, ao Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos denominado *Trocando Lições*, implantado em 1993 e que já atendeu mais de dez mil alunos maiores de 14 anos no primeiro segmento do Ensino Fundamental. O projeto tem por objetivos garantir que os educandos apreendam e façam uso efetivo da língua escrita e dos

conhecimentos matemáticos, promover sua autonomia, qualificar sua inserção social, possibilitando o reconhecimento e valorização da diversidade cultural. Resgatando e valorizando o conhecimento prático do cotidiano dos educandos, aumentando sua auto-estima e confiança na aprendizagem, o programa trabalha com temas e textos significativos para os alunos, de forma a contextualizar os conteúdos escolares. Para tanto, a Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto organizou duas coletâneas de literatura - *Em Verso e Prosa* e *Dois dedos de prosa...* - contendo crônicas, contos, poesias e músicas. Os volumes

subsidiaram o trabalho dos educadores e ajudam a promover a discussão dos três temas geradores em torno dos quais se organiza o currículo (condições de vida, trabalho e cidadania). Oferecem uma diversidade de modalidades textuais, proporcionando aos educandos oportunidades de leitura de textos com temáticas significativas e acesso a originais de autores renomados e representativos.

Contato:

Secretaria Municipal de Educação
Pça. Alto de São Bento 11 Jd. Mosteiro
14085-459 - Ribeirão Preto - SP
Fone: (16) 3977-9128
E-mail: aja.secedu@ribeiraopreto.sp.gov.br

Anote

3 a 25 de junho se realiza na Ação Educativa, São Paulo, o módulo III do curso "Arte-educação", com Roseli Machado e Carlos Moraes. Inscrições por R\$ 60,00 pelo e-mail centro@acaoeducativa.org ou fone (11) 3151-2333 ramal 165.

6 de junho encerram-se as inscrições de trabalhos para o 3º Encontro Nacional dos MOVAs, que se realizará em Goiânia entre 10 e 12 de agosto.

As inscrições para participantes encerram-se em 30 de junho. Informações pelo e-mail mova_gyn2003@yahoo.com.br ou fones (62) 209-6221 (pela tarde) e 524-8923.

7 a 14 de junho acontece na Ação Educativa, em São Paulo, a oficina "África Negra", com Maurício

Waldman, que abordará história e geografia do continente, dentre outros temas. Inscrições a R\$ 20,00 pelo e-mail centro@acaoeducativa.org ou fone (11) 3151-2333 ramal 165.

13 de junho encerram-se as inscrições para trabalhos no 14º Congresso de Leitura do Brasil, que se realizará de 22 a 25 de julho, em Campinas (SP). Informações no site www.alb.com.br, pelo e-mail cole.alb@uol.com.br ou fone (19) 3289-4166.

18 a 21 de junho acontece no SESC Santos o Congresso Educação para Cidadania. Informações pelo site www.sescsp.org.br/sesc ou fone (13) 3227-5959.

25 de junho se realiza em Ação Educativa, São Paulo, o painel

"O que é partir da realidade do aluno?", com Cláudia Lemos Vóvio e Elie Ghanen. Inscrições gratuitas pelo e-mail centro@acaoeducativa.org ou (11) 3151-2333 ramal 165.

27 de junho encerram-se as inscrições de trabalhos para o 2º Seminário Internacional de Educação "Construindo a Escola Viva", que acontecerá dias 20 e 21 de julho, em Campinas (SP). Informações www.pmc.sp.gov.br/smenet ou pelo e-mail luciana.rodrigues@campinas.sp.gov.br.

28 de junho acontece na Ação Educativa, em São Paulo, Ana Lúcia Silva Souza coordena a oficina sobre diagnóstico de necessidades básicas de aprendizagem dos educandos. Informações centro@acaoeducativa.org ou (11) 3151-2333 ramal 165.

Leia

Alunos do Projeto Redigir são autores do livro *Democracia para todos*. Direcionado a alunos de escolas públicas, o Projeto é organizado por estudantes de Jornalismo da USP e visa trabalhar a linguagem para promover a cidadania. A publicação foi distribuída a bibliotecas municipais, centros culturais e bibliotecas da USP. Contato: e-mail leosaka@hotmail.com, fone (11) 9713-9700.

A Articulação Nacional por uma Educação do Campo lançou o volume 4 de sua coleção. Organizado por Edgar Kolling, Paulo Cerioli, e Roseli Caldart, *Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas* resulta de Seminário realizado em fins de 2002. Traz o documento aprovado pelos participantes e entregue ao governo, ao lado de outros textos sobre as diretrizes para a educação do campo. Pedidos: educacaobsb@terra.com.br, fone (61) 322-5035.

Este boletim é publicação mensal da
Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa
e Informação.

Apoio:	ICCO (Holanda) EED (Alemanha)
Edição de texto:	Maria Clara Di Piero Carina Lucindo
Projeto gráfico:	SM&A Design
Tiragem:	3.500 exemplares



Ação Educativa

Rua General Jardim, 660
01223-010 São Paulo SP Brasil
T e F 11 3151 2333
acaoeduc@acaoeducativa.org
www.acaoeducativa.org

informação

São Paulo, fev. de 2003 Ano VII N°52

em rede

Este boletim é publicação mensal da **Ação Educativa** - Assessoria, Pesquisa e Informação

Governo Federal prioriza alfabetização de jovens e adultos

No discurso de posse como Ministro da Educação, o Senador Cristóvam Buarque anunciou as diretrizes de sua gestão à frente do órgão: melhorar a qualidade da escola básica, aproximar as universidades das necessidades sociais do país e superar o analfabetismo nos próximos quatro anos.

Durante o primeiro mês de governo, os contatos e pronunciamentos do Ministro voltaram-se prioritariamente para o lançamento da campanha de alfabetização de adultos, que recebeu a adesão imediata da UNESCO, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Serviço Social da Indústria (SESI), dos governos do Rio de Janeiro e do Ceará.

Para chefiar a recém criada Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, o Ministro contornou as pretensões da ex Deputada Esther Grossi e nomeou João Luiz Homem de Carvalho, ex Secretário de Agricultura do Distrito Federal. Mineiro de 55 anos, o Secretário é engenheiro agrônomo formado em lavras, com especialização na Bélgica. Professor da Universidade de Brasília e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), dedicou-se nos últimos anos a difundir o Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar (PROVE).

Com a meta de erradicar o analfabetismo em um ritmo ainda mais intenso que aquele proposto no Plano Nacional de Educação, o programa

ainda não tem estratégia ou orçamento definidos.

O Ministro promete colocar tudo no papel até fins de fevereiro, a tempo do lançamento público da campanha, em uma caminhada no Recife.

Nos contatos que manteve com dirigentes educacionais e de organizações sociais que desenvolvem atividades de alfabetização de jovens e adultos, o Ministro garante que acolherá todas iniciativas em curso, quaisquer que sejam as metodologias e formas de organização dos programas. Dentre aquelas que poderão ser apoiadas pelo governo federal, encontram-se o Programa Alfabetização Solidária e os Movimentos de Alfabetização – MOVAs.

O Ministro não esconde, porém, sua preferência por programas rápidos (com três ou quatro meses de duração), que recorram ao voluntariado de estudantes, em que os alfabetizandos sejam bonificados quando comprovem saber ler e escrever, e os educadores remunerados de acordo com o número de educandos alfabetizados com êxito.

Com base nesse modelo, o MEC estima um custo anual de R\$ 1,5 bilhão, cujas fontes nacionais e internacionais ainda não foram identificadas.

EJA no Orçamento da União em 2003

Projeto / Atividade	Valor (em R\$)
Recomeço	325.505.890,00
Formação de Proj. Especiais	104.370.000,00
Formação de Educadores	15.200.000,00
Material Did. Pedagógico	10.000.000,00
Programas do Rádio Escola	555.000,00
ENCCEJA	2.000.000,00
PRONERA	10.000.000,00
Total	467.630.890,00

Fonte: PRODASEN. Congresso Nacional. Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização.

Enquanto o MEC busca recursos e adesões para o mutirão pela alfabetização, outros órgãos do governo federal tomam suas próprias iniciativas.

A alfabetização dos beneficiários do Piloto do Programa Fome Zero no Piauí vem sendo preparada por técnicos da UNESCO, do governo estadual e militantes do Setor de Educação do MST, com assessoria de Esther Grossi.

No Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) já se pensa remanejar recursos do Banco da Terra para cobrir necessidades do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), desenvolvido em parceria com universidades e movimentos sociais. O orçamento da União autorizou um gasto de R\$ 10 milhões, mas já há projetos aprovados para 2003 que demandam pelo menos R\$ 13 milhões, e ainda há vários outros pendentes de análise.

Alfabetização de qualidade para todos

○ Governo Federal inverteu prioridades e colocou a alfabetização de jovens e adultos no centro da política educacional. O Ministro Cristóvam Buarque foi ao encontro de lideranças da sociedade civil e dirigentes de estados e municípios para convencê-los a participar de um mutirão pela alfabetização. A motivação do Ministro para enfrentar o analfabetismo e sua disposição para conversar com diferentes segmentos encheram de esperanças os dirigentes educacionais, pesquisadores e lideranças comunitárias, que haviam se habituado a ver a educação de adultos preterida na política educacional e a enfrentar a indisposição do governo anterior para a negociação. Vontade política e abertura ao diálogo foram, assim, as marcas positivas desse início de novo governo no campo da educação de jovens e adultos. Embora indispensáveis, essas qualidades não serão suficientes para a consecução da ousada meta a que o novo governo se propôs. A elaboração de critérios públicos e consensos em torno das diretrizes da política de alfabetização de adultos requer a constituição de um canal orgânico de participação da sociedade civil, estados e municípios, o que coloca na ordem do dia a constituição de um colegiado consultivo, nos moldes da extinta Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Uma das urgências da campanha é identificar fontes de financiamento que permitam dar o salto quantitativo pretendido e proporcionar uma alfabetização de qualidade, que abra aos aprendizes os caminhos para usufruir do direito à educação e seguir aprendendo ao longo da vida. A mobilização pela superação do analfabetismo precisa sustentar-se em bases pedagógicas consistentes: a alfabetização com qualidade requer um mínimo de formação dos recursos humanos e de tempo de aprendizagem. Por sorte, a experiência mundial proporciona lições de erros e acertos com os quais é possível aprender.

A dança das cadeiras nos Estados

Com a posse dos novos governadores em diversos estados brasileiros, mudaram também os secretários de educação e dirigentes de educação de jovens e adultos, alguns dos quais são assíduos participantes dos Fóruns Estaduais ou dos Encontros Nacionais. Confira: No **Piauí**, o novo titular da Secretaria de Educação é o Prof. Antônio José Castelo Branco Medeiros, que designou para cuidar da educação de jovens e adultos Antônio Ferreira de Souza Sobrinho, professor da Universidade Federal que coordena as atividades de educação nos assentamentos da reforma agrária. Na **Paraíba**, o ex-Presidente da UNDIME Neroaldo Pontes de Azevedo foi nomeado Secretário Estadual de Educação. O lugar que ele deixou vago na Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa foi ocupado pela Profa. Adriana Diniz. As duas Secretarias, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) e o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) estão preparando um programa com o objetivo inicial de alfabetizar dez mil jovens e adultos na capital, assegurando condições para a continuidade dos estudos mediante

ingresso na escola pública.

Com o apoio do Ministério da Educação e da UNESCO, também planeja outras ações de alfabetização de jovens e adultos.

Maria das Neves Bessa continua à frente da educação de jovens e adultos do **Ceará**, onde a nova Secretária de Educação é Sofia Lerche Vieira.

O novo Secretário de Educação do **Paraná** é Maurício Requião de Melo e Silva, que designou a professora Maria Aparecida Zanetti, da Universidade Federal, para chefiar o ensino de jovens e adultos.

A reavaliação da política educacional começa pela reformulação da prioridade conferida anteriormente aos Exames Supletivos. A nova gestão quer privilegiar a oferta de cursos para jovens e adultos, articulando a alfabetização com ações de geração de emprego e renda.

A nova dirigente da educação de jovens e adultos do **Rio Grande do Sul** é a professora da Universidade Católica Lenira Weil Ferreira, que representava as instituições de ensino superior na coordenação do Fórum Estadual. A Secretaria de Educação (cujo titular atual é José Fortunati) assinou convênio de cooperação com a UNESCO para as ações de alfabetização de jovens e adultos.

Currículos devem abordar história e cultura afro brasileira

○ Conselho Nacional de Educação está colhendo subsídios para redigir parecer com orientações para que Secretarias de Educação, unidades escolares e professores possam colocar em prática o que determina a Lei nº 10.639, de janeiro de 2003, que torna

obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

Para obter o questionário e fazer sugestões, contactar a Conselheira Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (petronilha@power.ufscar.br).

Teses em defesa

Cleide Figueiredo Leitão (cleideleitao@zipmail.com.br) defendeu, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a dissertação de mestrado *A circularidade de saberes e o exercício de poder na experiência dos Coletivos de Autoformação*, sob a orientação da Prof.ª Inês Barbosa de Oliveira. A pesquisa etnográfica utilizou o recurso da história oral de vida para abordar a circularidade de saberes e o exercício da autoridade partilhada na experiência de autoformação de educadores de jovens e adultos do Rio e Pernambuco.

A dissertação de mestrado *A formação matemática do educador de adultos: um olhar a partir da Escola Zé Peão*, defendida na Universidade Federal da Paraíba por Kézia Cortez da Silva, sob orientação do Dr. Wojciech A. Kulesza, analisa as estratégias de formação matemática de educadores que atuam em projeto de alfabetização de trabalhadores da construção civil em João Pessoa. O estudo também analisa a influência da formação prévia dos educadores sobre as suas concepções e práticas de ensino de matemática.

Alforjas para un viaje: desde la alfabetización funcional hacia la alfabetización integral (Farnel para uma viagem: da alfabetização funcional à alfabetização integral) é a tese de doutoramento que Sofia Valdivieso Gómez (sofival@idecnet.com) defendeu na Universidad de Las Palmas, Espanha. O ensaio analisa diferentes modelos teóricos para a educação de adultos, aprofunda-se na questão do analfabetismo funcional e conclui com uma proposta de alfabetização integral inspirada na teoria de Ken Wilber, em que procura incorporar as dimensões de gênero e da evolução da consciência individual.

Pesquisa avalia habilidades matemáticas de brasileiros

O Instituto Paulo Montenegro divulgou em fins de 2002 os resultados da 2ª edição do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional, realizada em parceria com a Ação Educativa e que contemplou as habilidades matemáticas. A 1ª edição, realizada em 2001, verificou as habilidades de leitura e escrita da população.

A pesquisa sobre alfabetismo matemático foi realizada em novembro de 2002 com 2 mil pessoas entre 15 e 64 anos de idade.

Comparando os dois estudos, conclui-se que o brasileiro se sai melhor em cálculo do que em língua portuguesa. Enquanto apenas 3% dos brasileiros são analfabetos absolutos em matemática, 9% o são em relação

à leitura e à escrita.

Os entrevistados classificados no conceito de analfabetismo matemático não dominam sequer as habilidades mais simples, como ler preços ou anotar números de telefone.

Apenas 21% dos entrevistados têm pleno domínio das habilidades matemáticas testadas; 32% dos entrevistados foram classificados na faixa de alfabetismo matemático nível 1, relativa àqueles que conseguem realizar tarefas de leitura de números de uso freqüente, como preços, horários e medidas simples; outros 44% foram avaliados no nível 2 de alfabetismo matemático, o que significa que dominam completamente a leitura e a comparação de números naturais,

independente da ordem de grandeza, ainda que auxiliados por calculadora. O grau de instrução do entrevistado aparece como a variável mais decisiva no seu desempenho. Quase 80% dos entrevistados com até 3ª série do ensino fundamental não ultrapassam o primeiro nível de alfabetismo matemático. Mesmo entre os entrevistados que concluíram da 4ª à 7ª série do ensino fundamental, ainda é grande o número daqueles que permanecem no primeiro nível (38%). Só na população com, no mínimo, ensino fundamental completo é que mais de 80% atingem os níveis 2 e 3 de alfabetismo matemático. A íntegra dos resultados da pesquisa pode ser encontrada no site www.ipm.org.br.

Agenda dos Fóruns

O 9º Encontro do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal e Entorno, realizado em 3 de dezembro, solicitou reconhecimento do GTPA como Fórum de Educação de Jovens e Adultos do **Distrito Federal**, integrando-se assim ao movimento nacional. Contatos pelo email mlangelim@fe.unb.br.

O Fórum do **Ceará** se reúne em 20 de fevereiro para apresentar denúncias de violação à Relatoria Nacional para o Direito à Educação. Contato: fone (85) 271 1563 ou eliane_furtado@webcabo.com.br

O 6º Fórum Regional de Educação de Jovens e Adultos do **Leste de Minas** será em 20 de fevereiro, na Prefeitura

de Timóteo. Contato: ipatinga@brfree.com.br ou fone (031) 3829-8360.

O Fórum da **Paraíba** tem quatro encontros agendados para 2003: em 21 de março, 30 de maio, 15 de agosto e 14 de novembro. Contato: timothy@reitoria.ufpb.br ou fone (83) 216-7156.

Universidade desenvolve projeto de extensão no Sul da Bahia

○ Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos – PRAJÁ - é uma atividade de extensão que a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) desenvolve em Teixeira de Freitas e nos municípios vizinhos de Itamaraju e Itabela.

Criado em 1988 para atender reivindicações de comunidades de base da Igreja Católica, o PRAJÁ contempla grupos específicos, como mulheres da zona de prostituição, índios, lavadeiras, trabalhadores rurais e pescadores.

○ Programa mantém de oito a dez grupos de alfabetização com aproximadamente 20 educandos cada.

○ processo educativo no PRAJÁ considera os conhecimentos prévios dos educandos, que vão sendo redefinidos na medida em que os

participantes se apropriam dos conceitos sistematizados das ciências. Cursos de Formação de Educadores e Grupos de Estudos têm sido uma prática constante no Programa. Inicialmente foram dedicadas mais de 200 horas de estudo à obra de Paulo Freire e sua proposta para alfabetização.

Em 2001 o PRAJÁ mobilizou-se para realizar uma avaliação reflexiva da experiência no transcorrer do Curso de Formação para Educadores de Jovens e Adultos. O curso teve carga horária de 90 horas, distribuídas em três módulos, e dele participaram 45 monitores do PRAJÁ e de outras iniciativas de educação de adultos ligadas aos movimentos populares. Além do aprofundamento

teórico, a prática pedagógica também foi objeto de estudo e reflexões.

A necessidade de registrar, sistematizar e divulgar a experiência levou à criação do Boletim *Informação do PRAJÁ*, de publicação ocasional e distribuição restrita aos monitores, entidades parceiras e outros campi da UNEB.

O PRAJÁ é também um dos animadores do Fórum Regional de Educação de Jovens e Adultos do Extremo Sul da Bahia.

Contato: UNEB – Campus X - Rua SS s/n - Loteamento Jardim Caraípe - 45995-000 - Teixeira de Freitas – BA.
Fone: (73) 291-8300, e-mails: luzenicarvalho@bol.com.br ou nalva.araujo@bol.com.br.

Agende-se

10 de março termina a inscrição de trabalhos na 26ª Reunião Anual da ANPED (Caxambu: 5 a 8 de outubro). Informações: (21) 3872-2940 ou www.anped.org.br

7 a 9 de maio acontece em Brasília o 9º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Informações undimenacional@undime.org.br ou fone (61) 224-7888.

15 a 17 de maio se realiza a conferência internacional "Aprendizagem cidadã para a vida

toda, democracia participativa e mudança social: perspectivas locais e globais", na Universidade de Toronto, Canadá. Informações no site www.TLCentre.org ou e-mail tlc@oise.utoronto.ca.

22 a 25 de julho tem lugar em Campinas (SP) o 14º COLE - Congresso de Leitura do Brasil, em que se realiza o 6º Seminário de Educação de Jovens e Adultos. Informações na ALB: secretaria.alb@uol.com.br (19) 3289-4166 ou 3788-7960.

11 a 13 de agosto será realizado o 3º Encontro Nacional dos Movimentos de Alfabetização - MOVAs, em Goiânia (GO). Informações pelo e-mail mecastro@zipmail.com.br ou fone (62) 208-1259.

8 de setembro é o Dia Internacional da Alfabetização, quando acontecerão em Cuiabá (MT) o V Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, e em Bangcoc (Tailândia) a Reunião de Balanço Intermediário dos compromissos assumidos na V Conferência Internacional de Educação de Adultos.

Leia

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação lançou a *Consulta sobre Qualidade da Educação na Escola*, que traz os resultados de pesquisa sobre as demandas por educação de qualidade, realizada com professores, diretores, funcionários, alunos, pais e membros da comunidade de escolas de ensino fundamental e médio em Pernambuco e no Rio Grande do Sul.

Vendas a R\$ 10,00 pelo e-mail campanha@acaoeducativa.org ou fone (11) 3151-2333.

O MOVA Santo André produziu o vídeo do *2º Encontro Nacional dos MOVAs: Reafirmando a educação libertadora*, realizado em julho de 2002. A fita tem 30 min. de duração e pode ser adquirida pelos fones (11) 4433-0710 ou 4433-0294.



Ação Educativa

Rua General Jardim, 660
01223-010 São Paulo SP Brasil
T e F: 11 3151 2333
acaoeduca@acaoeducativa.org
www.acaoeducativa.org